

## INDICE

---

1. NOTA INTRODUTÓRIA	3
2. CARACTERIZAÇÃO DO IDT, I.P.	7
3. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS - HORIZONTE 2012	19
4. OBJECTIVOS PRIORITÁRIOS - 2009	23
5. ACTIVIDADES A DESENVOLVER - 2009	27

### Áreas de Missão

Plano Operacional de Respostas Integradas	29
Prevenção	33
Dissuasão	35
Redução de Riscos e Minimização de Danos	43
Tratamento	47
Reinserção	53

### Áreas Transversais

Coordenação	59
Cooperação Internacional	63
Informação/Investigação/Formação e Avaliação	67
Reordenamento Jurídico	75

6. ANEXOS	
Siglas	77
Ficha Técnica	80



## 1. Nota Introdutória

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 183/96 de 27 de Dezembro, elaborou-se o Plano de Actividades do Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P. (IDT,I.P.) para o ano de 2009, materializando os objectivos estratégicos e operacionais em conformidade com o Plano Nacional Contra as Drogas e a Toxicod dependência - 2005-2012 e correspondente Plano de Acção - Horizonte 2012<sup>1</sup>, bem como com o Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool e demais orientações governamentais.

O ano 2008 foi um ano de avaliação e reflexão interna da actividade desenvolvida no IDT,I.P. no triénio 2005-2008, iniciada com o processo avaliativo do respectivo Plano de Acção e prevista no Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicod dependências (PNCDT) 2005-2012, tendo em vista a preparação das acções para o período 2009-2012.

Para o ano de 2009 o IDT,I.P. propõe-se **consolidar** os projectos iniciados nos anos anteriores, inscritos no PNCDT 2005-2012 e operacionalizados no novo Plano de Acção para o período 2009-2012, assim como implementar e/ou consolidar os projectos preconizados no Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool (PNRPLA). Neste momento de elaboração do presente Plano de Actividades, os Planos referidos encontram-se em fase de conclusão para posterior aprovação superior.

Assim, o Plano de Actividades do IDT,I.P. para 2009 tem como especial enfoque a consolidação das boas práticas, que têm vindo a ser implementadas em todas as áreas de actividade e a melhoria dos níveis de **qualidade**, sempre que possível **inovando**.

Esta melhoria da qualidade só será possível com o envolvimento de todos os profissionais naquilo que se considera a cultura do IDT,I.P., tendo em linha de conta a incidência nos seguintes aspectos:

1. **OS MANUAIS DE PROCEDIMENTOS E AS LINHAS DE ORIENTAÇÃO** - na elaboração destes instrumentos para as diferentes áreas funcionais e para o conhecimento e divulgação de Boas Práticas para todos os profissionais;
2. **A IN(FORMAÇÃO)** - qualificação dos profissionais permitindo-lhes o acesso ao *know-how* adequado, quer através de mais e melhor formação, quer através de informação objectiva e fiável, divulgada numa perspectiva de serviço público, aberto à promoção da saúde e da cidadania;
3. **OS ESTUDOS CIENTÍFICOS** - reforço da componente técnico-científica, privilegiando os estudos de investigação que permitam conhecer detalhadamente alguns dos fenómenos mais prementes ao nível das dependências e que permitam ajudar a delinear as políticas e as estratégias adequadas à realidade;

<sup>1</sup> Ainda não publicado.

4. **A MONITORIZAÇÃO, A AVALIAÇÃO E O IMPACTO** - pela rentabilização dos sistemas de informação existentes e implementação eficaz do novo sistema de informação multidisciplinar, bem como de outras bases de dados dirigidas a programas e projectos apoiados pelo IDT, I.P.;

**Monitorizar:** através da recolha sistemática de dados e de eventual correcção das intervenções no terreno, ajustando, em tempo real, essas intervenções às necessidades das populações-alvo, directa e indirectamente, abrangidas e dos serviços e parceiros, públicos e privados.

**Avaliar os resultados:** com indicadores mensuráveis e comparáveis, capazes de reflectir com maior rigor e evidência a complexidade do fenómeno das toxicodependências e das suas características, assim como dos resultados operados nos programas e projectos em acção.

**Estudos de impacto:** necessidade de desenvolver uma metodologia de estudo que meça o impacto das medidas implementadas junto das populações-alvo.

5. **A RELAÇÃO COM O EXTERIOR** - otimizar a cooperação com os parceiros nacionais e internacionais.

A elaboração do presente documento contou com a participação de todas as unidades orgânicas do IDT, I.P., cujos responsáveis intervieram na definição dos objectivos e de actividades para 2009, perspectivaram metas e indicadores de medida.

Deste modo, para a prossecução dos objectivos traçados neste Plano de Actividades contamos, como sempre, com o esforço, empenho e competência dos profissionais deste organismo na obtenção de ganhos em saúde.

IDT, I.P., Dezembro de 2008

O Conselho Directivo,

Vogal



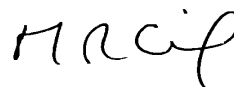
*Manuel Ribeiro Cardoso*

Presidente



*João Castel-Branco Goulão*

Vogal



*Maria do Rosário Gil*

# CARACTERIZAÇÃO



## 2. Caracterização do IDT,I.P.

A caracterização apresentada neste capítulo tem por objectivo dar a conhecer alguns aspectos específicos deste Instituto, identificando a sua missão, os seus valores e os serviços que presta aos destinatários e parceiros da intervenção, bem como os meios humanos, financeiros e tecnológicos disponibilizados na prossecução dos seus objectivos.

<b>Designação:</b>	Instituto da Droga e da Toxicodependência, Instituto Público, abreviadamente designado por IDT,I.P.
<b>Natureza Jurídica:</b>	Instituto público integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa e património próprio. Prossegue atribuições do Ministério da Saúde, sob superintendência e tutela do respectivo Ministro, delegada no Secretário de Estado da Saúde por despacho n.º 9251/2008, de 31 de Março (ponto 2 e 2.4)
<b>Legislação e Regulamentação Interna:</b>	Decreto-Lei n.º 221/2007, de 29 de Maio – Lei Orgânica do IDT,I.P. Portaria n.º 648/2007, de 30 de Maio – Estatutos do IDT,I.P. Despacho normativo n.º 51/2008, de 1 de Outubro – Regulamento de Organização e Funcionamento do IDT,I.P.
<b>N.º Pessoa Colectiva:</b>	506 452 654

### I. Missão

Promover a redução do consumo de drogas lícitas e ilícitas, bem como a diminuição das toxicodependências.

art.º 3º do Decreto-Lei n.º 221/2007, de 29 de Maio 

### II. Visão

Ser a entidade nacional de referência, com reconhecimento internacional, para a intervenção nas condutas aditivas.

### III. Valores

As competências e objectivos definidos para o IDT,I.P. são, substancialmente, os traçados na Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga 1999-2004, no Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências 2005-2012 e no Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool – 2012.

Os valores definidos para a Organização são, maioritariamente, os princípios orientadores consagrados naqueles documentos de referência.

## O Humanismo

Significa o reconhecimento da plena dignidade humana das pessoas envolvidas no fenómeno dos comportamentos aditivos (das drogas, do álcool, dos medicamentos ou outros) e tem como corolário a compreensão da complexidade e relevância da sua história individual, familiar e social, bem como a consideração do seu estado como doença.

## O Pragmatismo

Valorização de uma atitude de abertura à inovação, sem dogmas ou ideias preconcebidas, face aos resultados cientificamente comprovados das experiências ensaiadas nos diversos domínios do combate às dependências de substâncias psico-activas e a consequente adopção de soluções adequadas à conjuntura nacional que possam proporcionar resultados práticos positivos.

## A Territorialidade

A percepção das realidades e dos fenómenos é mais sentida e melhor percebida a nível local, pelo que se deve partir das suas necessidades/propostas para construir planos de intervenção que respondam a diagnósticos territoriais (identificando problemas e recursos), definindo prioridades para o início ou continuidade das intervenções.

## A Centralidade no Cidadão

A intervenção em toxicod dependências não constitui um fim em si mesmo, devendo descentrar-se das substâncias e assumir a centralidade no cidadão e nas suas necessidades objectivas e subjectivas, de acordo com os seus direitos e deveres.

## A Integração de Respostas

As abordagens e as respostas devem construir-se de forma integrada, não clivando a realidade individual e social. Os serviços e os profissionais devem organizar a sua intervenção operacional criando estratégias e/ou dispositivos de resposta abrangentes e que constituam uma rede de acção coerente e simultaneamente capaz de lidar com a complexidade e transversalidade da problemática das drogas e questões conexas.

## A Qualidade das Intervenções

Qualidade é um processo de avaliação contínua da intervenção realizada face aos parâmetros e procedimentos considerados de “boas práticas” ou de rigor científico, adequados à mesma intervenção, tendo em conta as realidades específicas, a “ambição” e as capacidades da sua concretização pelos seus actores.

## A Qualificação dos Profissionais

Promover e assegurar o potencial do capital humano da Organização para garantir a qualidade da intervenção e o cumprimento das competências e objectivos definidos para o Instituto, com ganhos em saúde para o cidadão e para comunidade.



## IV. Estrutura Orgânica

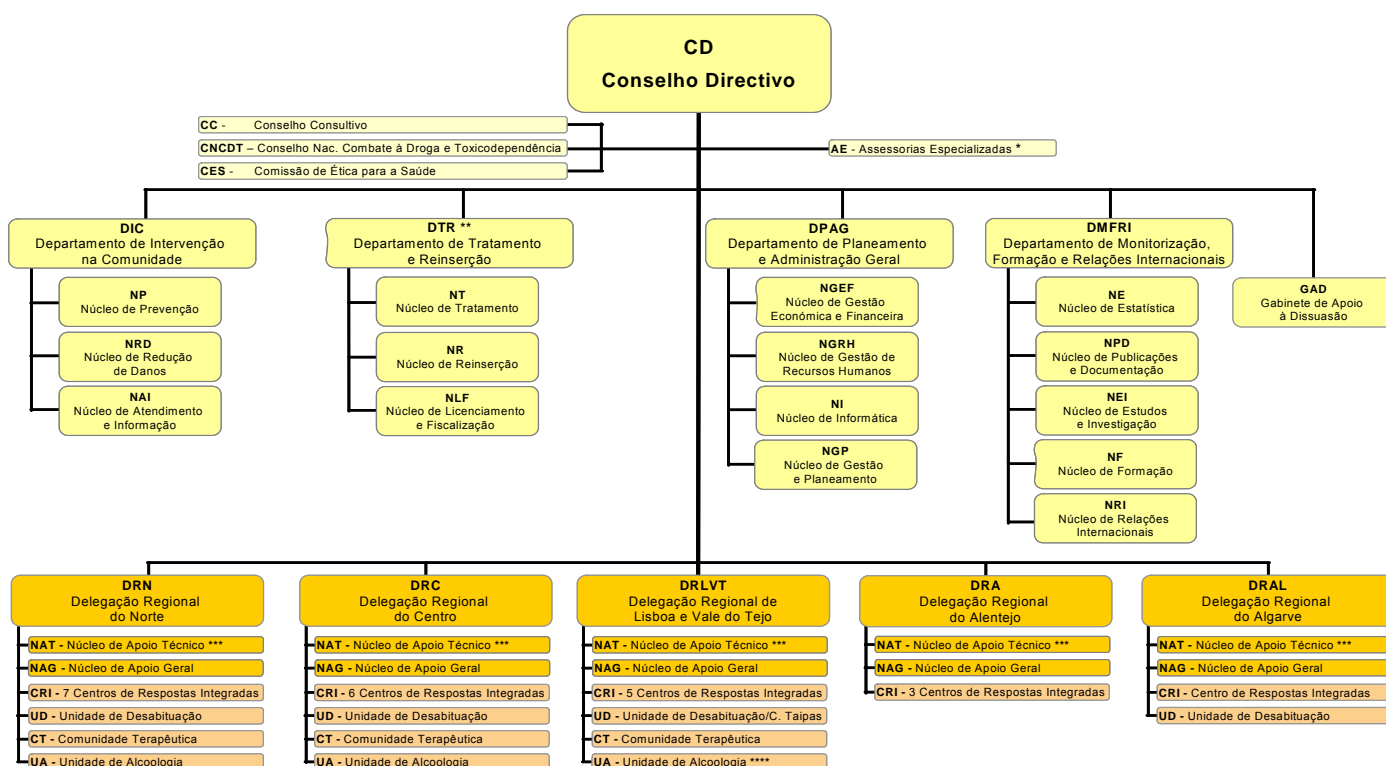
O IDT, I.P., é um organismo central do Ministério da Saúde e exerce a sua actividade sobre todo o território nacional.

Tem sede em Lisboa onde estão instalados os *Serviços Centrais*.

Este Instituto é composto por serviços desconcentrados, designados por *Delegações Regionais* (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), correspondendo o seu âmbito de actuação ao nível II da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) do continente.

Na dependência das Delegações Regionais estão as *Unidades de Intervenção Local* (Centros de Respostas Integradas<sup>2</sup>, Unidades de Desabilitação, Comunidades Terapêuticas e Unidades de Alcoologia).

### Organograma do IDT, I.P.



\* Assessorias: do Coordenador Nacional, Imprensa, Jurídica e de Contencioso, Serviços de Saúde Ocupacional e Instalações e Equipamentos.

\*\* Junto ao DTR funciona o Conselho Clínico Interno, o Coordenador Nacional de Enfermagem e o Coordenador Nacional de Serviços Farmacêuticos.

\*\*\* O NAT integra um Responsável Clínico Regional e um Responsável de Enfermagem Regional.

\*\*\*\* Apoio às Delegações Regionais do Alentejo e Algarve.

**Serviços Centrais**  
 **Serviços Regionais**  
 **Unidades de Intervenção Local**

art.º 2º do Decreto-Lei n.º 221/2007, de 29 de Maio  
art.º 1º do anexo à Portaria n.º 648/2007, de 30 de Maio



<sup>2</sup> A estrutura orgânica dos CRI inclui, entre outros, as Equipas Técnicas Especializadas das áreas de missão e a Equipa Administrativa (Despacho normativo n.º 51/2008, de 1 de Outubro – Regulamento de Organização e Funcionamento do IDT, I.P.)

## V. Tipificação dos Serviços

<b>Serviços Centrais</b>	São serviços de coordenação, planeamento, concepção, gestão técnico-normativa, fiscalização e da avaliação das actividades desenvolvidas nas diversas áreas de intervenção no domínio da droga, da toxicod dependência e do alcoolismo, na perspectiva da melhor eficácia da execução das políticas e estratégias nacionais, os quais integram os serviços regionais e locais.
<b>Delegações Regionais</b>	São serviços desconcentrados a nível do território nacional que coordenam e gerem os serviços de âmbito regional e local do IDT, I.P., nos vários vectores de intervenção.
<b>Centros de Respostas Integradas</b>	<p>São estruturas locais de cariz operativo e de administração, referenciados a um território definido e dispondo de <b>Equipas Técnicas Especializadas</b> para as diversas áreas de missão, englobando as unidades, recursos e estruturas do IDT, I.P., dedicadas ao tratamento, prevenção, reinserção e redução de danos do respectivo território.</p> <p>Aos CRI compete executar as acções promovidas pela respectiva DR e SC no que respeita à prevenção das toxicod dependências e alcoolismo, bem como à prestação de cuidados integrados e globais a doentes toxicod dependentes e doentes com síndrome de abuso e/ou dependência de álcool, seguindo as modalidades terapêuticas mais adequadas a cada situação, em regime de ambulatório, com vista ao tratamento, redução de danos e reinserção desses doentes.</p>
<b>Unidades de Desabilitação</b>	São unidades de internamento de curta duração e realizam o tratamento de síndromes de privação em doentes toxicod dependentes e doentes com síndrome de abuso e/ou dependência de álcool, sob responsabilidade médica, em regime de internamento.
<b>Comunidades Terapêuticas</b>	São unidades de internamento de longa duração e prestam cuidados a doentes toxicod dependentes e doentes com síndrome de abuso e/ou dependência de álcool que necessitem de internamento prolongado, com apoio psicoterapêutico e socioterapêutico, sob supervisão psiquiátrica.
<b>Unidades de Alcoologia</b>	São unidades que prestam cuidados integrados e globais, em regime ambulatório ou de internamento, sob responsabilidade médica, a doentes com síndrome de abuso e/ou dependência de álcool, seguindo as modalidades de tratamento mais adequadas a cada situação e apoiando as actividades de intervenção dos CRI na área da alcoologia, enquanto unidades especializadas, de referência, com competências de formação específica.

## VI. Destinatários e Parceiros da Intervenção do IDT, I.P.

- A população-alvo das acções de prevenção, de dissuasão, de redução de riscos e minimização de danos, de tratamento e de reinserção;
- Os profissionais de saúde, educação e outros, os investigadores e os estudantes;
- As instituições nacionais - públicas e privadas - que participam nas diferentes áreas de intervenção;
- O Governo;
- A Assembleia da República;
- O OEDT, do qual o IDT, I.P. é o ponto focal nacional;
- As instituições internacionais - ONU, Conselho da Europa e União Europeia.

## VII. Meios Humanos

Em 31 de Julho de 2008, encontravam-se em funções no IDT, I.P., 1.821 profissionais, distribuídos pelas carreiras que constituem os corpos especiais da saúde, pelas carreiras de regime geral e especial.

Comparando este número com o do ano anterior, verifica-se uma diminuição a nível global de 59 efectivos (-3,2%) em resultado da saída de profissionais, ao abrigo dos vários instrumentos de mobilidade geral e especial e, ainda, por concurso, aposentação, exoneração e falecimento. O maior decréscimo verificou-se na região de Lisboa.

A distribuição dos profissionais por serviços mostra que 87% dos profissionais, a maior percentagem, estão afectos às Delegações Regionais e respectivas Unidades de Intervenção Local, 7,6% pertencem aos Serviços Centrais e 5,4% prestam serviço nas Comissões de Dissuasão da Toxicodependência.

Os profissionais em funções no IDT, I.P. detêm várias situações jurídico-funcionais as quais, a partir de 1 de Janeiro de 2009, por força da entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, se consubstanciarão em contrato em funções públicas, comissão de serviço, mobilidade interna, acumulação de funções e, ainda, em contrato de trabalho a termo resolutivo certo, ao abrigo do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, através da atribuição de quotas pela ACSS para a celebração destes contratos com profissionais de saúde:

Mapa Global  
PROFISSIONAIS/GRUPO PROFISSIONAL  
31/07/2008

GRUPO PROFISSIONAL	TOTAL Efectivos
Dirigente	77
Médico	165
Técnico Superior de Saúde - Psicologia	181
Técnico Superior	395
Informática	17
Enfermagem	323
Técnico Diagnóstico e Terapêutica	14
Coordenador Técnico/Assistente Técnico	441
Assistente Operacional	208
<b>TOTAL</b>	<b>1.821</b>

QUADRO 1

Fonte de Dados: DPAG/NGRH

Quanto à *distribuição dos profissionais por serviços* constata-se que dos 1.821 profissionais, 8% estão nos Serviços Centrais, 87% nas Delegações Regionais e nas Unidades Especializadas e 5% nas CDT.

Distribuição dos Profissionais por Serviços

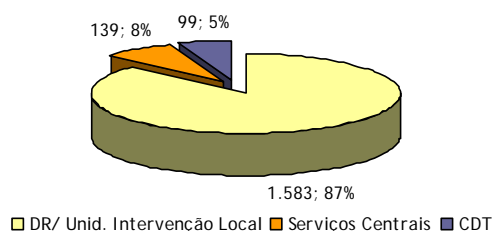


GRÁFICO 1

Fonte de dados: DPAG/NGRH

Mapa Global  
PROFISSIONAIS/POR SERVIÇO  
31/07/2008

GRUPO PROFISSIONAL	Delegações Regionais					Serviços Centrais	CDT*
	Norte	Centro	Lisboa Vale do Tejo	Alentejo	Algarve		
Dirigente	15	14	13	7	6	22	0
Médico	59	26	53	19	5	3	0
Téc. Sup. Saúde - Psicologia	61	29	67	11	11	2	0
Técnico Superior	98	63	91	16	13	55	59
Informática	1	3	1	1	0	11	0
Enfermagem	87	59	93	37	47	0	0
Téc. Diag. Terapêutica	6	1	5	0	2	0	0
Coord. Técnico/Assis. Técnico	123	63	138	24	19	35	39
Assistente Operacional	54	37	56	17	32	11	1
<b>Total Regional</b>	<b>504</b>	<b>295</b>	<b>517</b>	<b>132</b>	<b>135</b>	<b>139</b>	<b>99</b>
% do Total Nacional	27,7	16,2	28,4	7,3	7,4	7,6	5,4
<b>TOTAL NACIONAL</b>			<b>1.821</b>				

\* não contempladas na lei orgânica do IDT, I.P.

QUADRO 2

Fonte de dados: DPAG/NGRH

## VIII. Meios Financeiros

A concretização do presente Plano de Actividades pressupõe também a afectação e disponibilização de adequados recursos financeiros.

### Orçamento de Funcionamento

#### RECEITA

Os recursos financeiros previstos para 2009, que integram a totalidade do Orçamento do IDT,I.P., têm como principal fonte de financiamento o Orçamento de Estado (OE), cujo Subsídio de Exploração, no valor de 48.000.000 €, se manteve inalterável em relação ao ano transacto. Este valor foi sujeito a uma reserva de 2,5%, no valor de 1.200.000 €.

Assim, o Orçamento para 2009 é deficitário em função da despesa prevista que está devidamente justificada no quadro 3.

(Unidade: Euro)

RECEITA	2008	Proposto 2009			
	O.E c/reserva (1)	O.E c/reserva (2)	R.P c/reserva (3)	Total (4)=(2+3)	% 2008/2009 (5)=(4/1)-1
Subsídio de Exploração - OE	46 602 513	46 800 000	0	46 800 000	1%
<b>total 1</b>	<b>46 602 513</b>	<b>46 800 000</b>	<b>0</b>	<b>46 800 000</b>	<b>1%</b>
<b>Receitas Próprias</b>					
Subsídio Jogos Sociais	21 155 310		20 865 000	20 865 000	0%
Outras Receitas	1 298 048		2 159 856	2 159 856	66%
Saldo ano anterior	2 438 972		0	0	-100%
Receitas consignadas a projectos	550.365		863 044	863 044	57%
Reserva (Circ. n.º1355/1343 e Dec.-Lei n.º 41/2008)	1 633 068	1 200 000	612 511	1 812 511	11%
<b>total 2</b>	<b>27 075 763</b>	<b>1 200 000</b>	<b>24 500 411</b>	<b>25 700 411</b>	<b>-5%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>73 678 276</b>	<b>48 000 000</b>	<b>24 500 411</b>	<b>72 500 411</b>	<b>-2%</b>

QUADRO 3

Fonte: DPAG/NGEF

O Orçamento de Estado (OE) financiará 66% das despesas de Funcionamento do IDT,I.P. sendo os restantes 34% no valor de 23.887.900 € de Receita Própria. Esta receita tem como principal proveniência os lucros dos jogos sociais, de acordo com o Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de Março e ainda os valores de tribunais sob a forma de recompensas, objectos, direitos ou vantagens, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 15/1993, de 22 de Janeiro.

A receita própria dos jogos sociais é atribuída anualmente pelo Ministério da Saúde, conforme consta do n.º 6 do artigo 3.º do citado diploma dos jogos sociais, não sendo exacto nesta data, o montante a atribuir ao IDT,I.P. para o ano 2009, um vez que o mesmo carece de despacho autorizador da Tutela.

O valor inscrito no projecto de orçamento para o ano 2009 é no montante de 21.400.000 €, contudo, insuficiente para a assunção dos compromissos assumidos, pelo que foi solicitado à tutela o montante de 28.643000 €.

O acréscimo de 7.243.000 € destina-se à concretização dos projectos de modernização administrativa das Comissões de Dissuasão, no valor de 280.000 €; implementação do Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool 2009-2012, no valor de 2.950.000 €; formação em Alcoologia para os Profissionais de Saúde (IDT, I.P. e Cuidados de Saúde Primários), no valor de 400.000 €; e "reforço" do montante inscrito para PRI, PIF e Planos Integrados, no valor de 2.713.000€. Acresce a necessidade de reforçar a rubrica de Convenções no montante de 900.000€, como se indica na justificação da Despesa.

Esta receita é essencialmente para fazer face aos encargos com as entidades privadas convencionadas que prestam serviços no tratamento aos toxicodpendentes, bem como a atribuição de subsídios a estruturas que intervêm nos domínios da Prevenção, Tratamento, Redução de Danos e Reinserção Social, associados às toxicodpendências, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 186/2006, de 12 de Setembro e do alargamento aos indivíduos com problemas ligados ao álcool.

## DESPESA

O quadro 4 permite a comparação entre o orçamento proposto para 2009 e o aprovado em 2008.

(Unidade: Euro)

DESPESA	2008	Proposto 2009			
	OE c/reserva (1)	OE c/reserva (2)	RP c/reserva (3)	Total (4)=(2+3)	% 2008/2009 (5)=(4/1)-1
<i>Despesas c/ Pessoal</i>	41 491 218	42 290 001	2 240 092	44 530 093	7%
<i>Aquisição Bens e Serviços</i>	10 149 833	4 401 128	0	4 401 128	-57%
<i>total 1</i>	51 791 051	46 691 129	2 240 092	48 931 221	-6%
<i>Subcontratos - Convenções</i>	9 365 789		11 100 000	11 100 000	19%
<i>Transferências Correntes</i>					
<i>a) Prog. Apoio Proj. Nacionais</i>					
- (WEB site / Campanhas e outros)	70 000	0	70 000	70 000	0%
- (PIF)	780 000	0	700 000	700 000	-10%
- (PRI)	6 821 228	0	6 744 765	6 744 765	-3%
- (Equipas de Rua)	793 128	0	700 000	700 000	-12%
<i>b) Prog. Apoio Proj. Regionais</i>					
- (Planos Integrados de Lisboa, V. Franca, Porto Cidade e Outros)	1 317 641	0	1 200 000	1 200 000	-9%
- Investigação	150 000	0	150 000	150 000	0%
- Cooperação Internacional	120 000	0	120 000	120 000	0%
<i>Projectos co-financiados DR</i>	550 365	0	493 523	493 523	-10%
<i>Formação (DR+S. Centrais)</i>	65 780	108 871	369 520	478 391	627%
<i>Estágios Profissionais</i>	12 500	0	0	0	-100%
<i>total 2</i>	20 046 431	108 871	21 647 808	21 756 679	9%
<i>total 1+2</i>	71 837 482	46 800 000	23 887 900	70 687 900	-2%
<i>Anulações (Pessoal p/ SME)</i>	207 726				
<i>Reserva (Decreto-Lei n.º 41/2008)</i>	208 139				
<i>Reserva de 2,5% (Circular n.º 1355 e 1343)</i>	1 424 929	1 200 000	612 511	1 812 511	27%
<i>total 3</i>	1 840 794	1 200 000	612 511	1 812 511	-2%
<b>TOTAL</b>	<b>73 678 276</b>	<b>48 000 000</b>	<b>24 500 411</b>	<b>72 500 411</b>	<b>-2%</b>

QUADRO 4

Fonte: DPAG/NGEF

Evidenciando-se nas principais rubricas o reflexo do financiamento que se salienta:

- *Aumento de 7% em Despesas com Pessoal*, em função da actualização dos índices remuneratórios, de acordo com os aumentos da Administração Pública, e do recrutamento para postos de trabalho previstos nos mapas de pessoal do IDT,I.P. e não ocupados, mediante procedimento concursal;
- *Redução de 57% nas Aquisições de Bens e Serviços*, situação que, pese embora a contenção dessas despesas, poderá dificultar o normal funcionamento dos serviços e o cumprimento dos respectivos objectivos;
- *Aumento de 19% nas Convenções*, celebradas com entidades privadas, para tratamento/internamento de toxicodependentes em Unidades de Desabilitação, Comunidades Terapêuticas e Centros de Dia, em virtude da actualização dos valores de facturação, de acordo com o Despacho n.º 18683/2008 de 16 de Junho de 2008. No entanto, por se constatar a insuficiência da verba para fazer face aos compromissos assumidos, foi solicitado à tutela um reforço desta rubrica, no montante de 900.000 €.
- *Redução na ordem dos 5%* na verba destinada a projectos dirigidos a *Programas de Apoio a Projectos Nacionais e Regionais*, não comprometendo de forma significativa a execução destes.

*Mantiveram-se* as verbas afectas aos projectos de *Investigação*, de referir que os dados que resultam destes projectos, além de grande interesse a nível nacional, são fornecidos ao Observatório Europeu das Drogas e Toxicodependências e incluem um conjunto de indicadores chave europeus.

### *Orçamento de Investimento*

#### *PIDDAC*

O quadro 5 apresenta a distribuição do *plafond* atribuído para 2009 no valor de 1.075.424 € componente nacional.

Assim, foram propostos em orçamento de PIDDAC 2009, 8 projectos: 3 na região do Norte; 2 na região do Centro; 2 na Região de Lisboa e Vale do Tejo e 1 na Região do Algarve.

No âmbito destes projectos o investimento a realizar tem como finalidade promover o cumprimento de dois objectivos gerais:

- I. *Garantir o acesso à rede de cuidados especializados a todos os toxicodependentes que desejam tratar-se;*
- II. *Aumentar o número de respostas criadas no âmbito da rede de serviços e equipamentos de cuidados especializados a pessoas em situação de dependência.*

Deste modo, o investimento previsto visa melhorar os padrões de vida, que induzirá o acesso a um serviço público local qualificado de prestação de cuidados integrados e globais a toxicodependentes e alcoólicos representando deste modo, impacto nos serviços de saúde prestados bem como no grau de satisfação dos utentes e dos profissionais.

### PIDDAC

(Unidades: Euros)

DELEGAÇÃO REGIONAL	PROJECTOS	FONTE DE FINANCIAMENTO	2009
DRLVT	CRI DE SETÚBAL - Área geográfica de ALMADA	NACIONAL	125 000 €
	CRI DE LISBOA OCIDENTAL - Área geográfica de SINTRA-AMADORA	NACIONAL	125 000 €
DRC	CRI DE COIMBRA	NACIONAL	250 000 €
	CRI DE VISEU	NACIONAL	69 965 €
DRN	CRI DO PORTO CENTRAL - Área geográfica de GAIA	NACIONAL	75 000 €
	CRI DE BRAGANÇA	NACIONAL	120 459 €
	CRI DO PORTO OCIDENTAL - Área geográfica da BOAVISTA	NACIONAL	140 000 €
DRALG	CRI DO ALGARVE	NACIONAL	170 000 €
TOTAL DA MEDIDA			1 075 424 €

QUADRO 5

Fonte: DPAG/NGEF

## IX. Meios Tecnológicos

No que concerne aos recursos tecnológicos, o IDT, I.P. optou pela adopção da plataforma da *outsystems* para suporte ao Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM), assim como pela definição de uma arquitectura aplicacional em camadas, baseada na *web*, afigurando-se como um elemento fundamental para os projectos de engenharia de *software* e que se pretendem dinamizadores da modernização dos serviços.

A plataforma da *outsystems* permite criar, modificar e manter aplicações que podem ser facilmente alteradas em qualquer fase do seu ciclo de vida, para garantir a satisfação constante das necessidades do IDT, I.P. e dos utilizadores. A fácil integração com as aplicações já existentes é uma das grandes vantagens na utilização desta tecnologia.

Concomitantemente, a sustentabilidade do sistema de comunicações e a actualização tecnológica da infra-estrutura computacional, perspectivando um ambiente de alta disponibilidade e escalabilidade, serão os pilares de suporte a essa arquitectura que se espera ser potenciadora de significativos benefícios estruturais à prossecução dos objectivos.

A consolidação de serviços e de informação é também uma prioridade, de forma a garantir uma melhoria dos serviços actualmente disponibilizados aos utilizadores, assim como a disponibilização de indicadores para apoio à gestão.



## OBJECTIVOS



### 3. Objectivos Estratégicos - Horizonte 2012

A actividade do IDT, I.P. é, substancialmente, balizada pelo Plano Nacional de Luta contra a Droga e as Toxicodependências - 2012, encetado em 2005.

Deste Plano foi cumprido o primeiro ciclo estratégico, pela execução do preconizado no Plano de Acção - Horizonte 2008.

Dar-se-á, em 2009, início ao segundo período do referido ciclo, com a aprovação do novo Plano de Acção que vigorará até 2012.

Com as publicações das leis orgânicas do Ministério da Saúde e do IDT, I.P., passou este último a integrar as competências em matéria de álcool, intervindo de forma integrada no combate à droga, ao álcool e às toxicodependências.

Contudo, apesar desta perspectiva e da intervenção nas áreas da droga e do álcool ser comum na maior parte das acções, não foi possível neste momento, fundir as duas áreas num único documento estratégico, embora seja o que se propõe acontecer a partir de 2012.

Assim, optou-se pela elaboração de um Plano Nacional específico para as questões do álcool, nomeadamente a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool (PNRPLA) e do respectivo Plano de Acção até 2012, enquadrado numa estratégia equilibrada através de diversas acções específicas, que vão ao encontro do preconizado pela Comunidade Europeia em 2006, na sua estratégia comunitária para apoiar os Estados-Membros na minimização dos efeitos nocivos do álcool e que se cruzam, nos seus conteúdos, com as dimensões que contemplam as áreas Transversais e as áreas de Missão que demarcam os grandes domínios de actuação do IDT, I.P..

## Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicod dependências 2005 - 2012

Plano Operacional de Respostas Integradas - PORI		
Construir uma rede global de respostas integradas e complementares, a nível local, com parceiros públicos e privados que vise a redução do consumo de substâncias psicoactivas.		
Áreas de Intervenção (Missão)	<b>Prevenção</b>	<p>Aumentar a qualidade da intervenção preventiva através do reforço da componente técnico - científica e metodológica.</p> <p>Aumentar a abrangência, a acessibilidade, a eficácia e a eficiência dos programas de prevenção.</p>
	<b>Tratamento</b>	<p>Garantir, a toda a população que o deseje, acesso em tempo útil a respostas terapêuticas integradas (articuladas e complementares).</p> <p>Disponibilizar uma oferta de programas de tratamento e de cuidados diversificada, abrangendo um amplo leque de abordagens psicossociais e farmacológicas, orientadas por princípios éticos e pela evidência científica.</p> <p>Implementar um processo de melhoria contínua da qualidade a nível de todos os programas e intervenções terapêuticas.</p>
	<b>Dissuasão</b>	<p>Garantir a eficiência na aplicação da lei, assegurando o acompanhamento adequado, justo, com qualidade técnica e que vá ao encontro das necessidades efectivas dos indiciados consumidores.</p> <p>Promover e garantir a articulação entre serviços com responsabilidades e/ou implicações na aplicação da lei.</p>
	<b>Reinserção</b>	<p>Garantir a abrangência e a transversalidade dos recursos institucionais/não-institucionais da Reinserção nas várias áreas de vida do cidadão, de forma a facilitar o desenvolvimento de projectos de vida responsáveis e responsabilizantes.</p> <p>Potenciar a reinserção enquanto processo global, implicando todos os actores na óptica da abordagem e das respostas integradas, através de uma gestão participada e efectiva.</p>
	<b>Redução de Riscos e Minimização de Danos</b>	<p>Construir uma rede global de respostas integradas e complementares, no âmbito da redução de riscos e minimização de danos, com parceiros públicos e privados.</p> <p>Disponibilizar programas de RRMD, a grupos específicos.</p>
Áreas de Intervenção (Transversais)	<b>Coordenação</b>	Assegurar a efectiva implementação das estruturas de coordenação do combate à droga e à toxicod dependência.
	<b>Cooperação Internacional</b>	<p>Aumentar a capacidade de influenciar as decisões tomadas nas várias instâncias internacionais e regionais de cooperação, melhorando assim a eficácia da intervenção nacional.</p> <p>Fortalecer a participação de Portugal nos <i>fora</i> internacionais que abordam o fenómeno das drogas.</p> <p>Desenvolver as relações de cooperação em matéria de luta contra a droga, no âmbito dos mecanismos multilaterais e bilaterais existentes.</p>
	<b>Informação, Investigação, Formação e avaliação</b>	Contribuir para um maior e melhor conhecimento do fenómeno das drogas e das toxicod dependências e para a melhoria contínua da qualidade das intervenções, de forma a apoiar a intervenção e a decisão e a contribuir para a melhoria dos resultados obtidos.
	<b>Reordenamento Jurídico</b>	Clarificar o quadro e relacionamento institucional.

## Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool 2008 - 2012

Áreas de Intervenção Prioritária	<b>Jovens, crianças e grávidas</b>	Diminuir a exposição ao álcool e as suas consequências nefastas em crianças por nascer e em crianças inseridas em famílias com problemas ligados ao álcool e reduzir o consumo de bebidas alcoólicas pelas crianças e jovens.
	<b>Sinistralidade Rodoviária</b>	Contribuir para a diminuição do número de mortos e de feridos devidos a acidentes rodoviários sob influência de álcool.
	<b>Adultos e Meio Laboral</b>	Prevenir os efeitos nocivos do álcool nos adultos e reduzir as repercussões negativas no local de trabalho.
	<b>Prevenção, Formação, Comunicação e Educação</b>	Aumentar a qualidade dos programas e das intervenções através do reforço da componente técnico-científica e metodológica, garantindo progressivamente a sua abrangência e eficiência.
	<b>Sistemas de Informação e Recolha de Dados</b>	Implementar e desenvolver um Sistema Nacional de Informação sobre o Álcool com vista a uma adequada gestão da informação e do conhecimento
	<b>Tratamento</b>	Melhorar a acessibilidade e a capacidade de resposta às necessidades de tratamento.
	<b>Reinserção</b>	Criar condições para o desenvolvimento de percursos de inserção sustentados e duradouros.
Áreas Transversais	<b>Coordenação</b>	Definir uma estrutura coordenadora que propicie intra e interinstitucionalmente uma adequada, eficaz e eficiente consecução do PNRPLA.
	<b>Cooperação Internacional</b>	Aumentar a capacidade de influenciar as decisões tomadas nas várias instâncias internacionais e regionais de cooperação, melhorando assim a eficácia da intervenção nacional.  Reforçar a participação de Portugal nas instâncias internacionais, que abordam os problemas ligados ao álcool.
	<b>Informação, Investigação, Formação e avaliação</b>	Aumentar a eficácia das intervenções e a eficiência dos agentes de mudança junto do cidadão, com base numa adequada gestão da informação e do conhecimento e um incentivo, quer à investigação, quer à formação.



## 4. Objectivos Prioritários – 2009

**P**ara 2009, identificadas as necessidades e definidas as linhas de orientação, será dada prioridade à execução dos Objectivos Estratégicos e Operacionais definidos, no âmbito do QUAR, com a participação de todos os dirigentes do IDT,I.P..

Contudo, tendo em linha de conta que “o QUAR deve ser sintético, ter informação de qualidade, mas não muita informação, não deve ter por vocação cobrir todos os campos de actividade do serviço, mas limitar-se ao essencial.” [in QUAR - Linhas de Orientação do CCAS], no capítulo seguinte são integralmente inscritas as actividades a desenvolver no ano de 2009, independentemente da referência ser o PNCDT - 2012, o PNRPLA - 2012, o QUAR 2009 ou outras orientações governamentais.

Estando o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP) em estreita harmonia com o ciclo anual de gestão, o presente Plano de Actividades integra o Quadro de Avaliação e Responsabilização para o ano de 2009 (QUAR) do IDT,I.P., em cumprimento da Lei n.º 66 B/2007, de 29 de Dezembro, que estabelece o novo SIADAP.

### QUAR Objectivos Estratégicos

**OE1.** Assegurar ganhos em saúde potenciando a adesão ao tratamento;

**OE2.** Consolidar a capacidade de resposta aos diferentes programas de tratamento e de cuidados diferenciados mais adequados à satisfação das necessidades da população dependente de substâncias psico-activas;

**OE3.** Consolidar e garantir a efectiva utilização do novo Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM);

**OE4.** Criar condições para a qualidade da intervenção através da monitorização e avaliação dos programas e projectos apoiados pelo IDT,I.P.;

**OE5.** Fomentar a qualidade da informação divulgada, numa perspectiva de serviço público aberto à promoção da saúde e da cidadania.

De acordo com o preconizado no art.º 10 da já referida lei e acautelando a boa execução dos objectivos planeados, mesmo que haja lugar à reformulação de alguns, em função de contingências não previsíveis ao nível político ou administrativo ou à clarificação de aspectos que se mostrem úteis ao futuro acto de avaliação e recolha participada de reflexões sobre o desempenho, foram criados os mecanismos de monitorização do QUAR, que permitem avaliar, periodicamente, o desempenho das várias unidades, nos campos de actividade referenciados na página seguinte.

## QUAR

### Objectivos Operacionais

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO (QUAR)				Meta 2009
1 - Reduzir os tempos de espera para primeira consulta, num universo de procura limitado a um crescimento previsível de 5% sobre o valor de 2008. (OE2)	Ind. 1 Peso:	60%	% de atendimentos nas Equipas de Tratamento realizados em menos de 15 dias.	80%
	Ind. 2 Peso:	40%	% de atendimentos nas Unidade de Alcoologia realizados em menos de 30 dias.	80%
Ponderação: 60%				
2 - Consolidar e garantir a efectiva utilização do novo Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM). (OE3)	Ind. 3 Peso:	60%	N.º de Unidades de Tratamento Ambulatório a utilizar o SIM, até final de Dezembro.	95%
	Ind. 4 Peso:	40%	% de utilizadores do SIM com formação até final de Dezembro.	90%
Ponderação: 40%				
3 - Garantir, através de uma intervenção integrada, o tratamento em ambulatório nas unidades do IDT, I.P. (OE2)	Ind. 5 Peso:	40%	N.º total de utentes em tratamento nos CRI e nas UA no ano.	47.500
	Ind. 6 Peso:	30%	N.º de novos utentes admitidos nos CRI e nas UA no ano.	8.500
	Ind. 7 Peso:	30%	N.º total de consultas/atendimentos nos CRI e nas UA no ano.	550.000
Ponderação 60%				
4 - Maximizar a ocupação das unidades públicas de internamento (OE2)	Ind. 8 Peso:	35%	Taxa ocupação de internamentos em Comunidade Terapêutica no ano.	80%
	Ind. 9 Peso:	25%	Taxa ocupação de internamentos em Unidade de Desabilitação no ano.	70%
	Ind. 10 Peso:	40%	Taxa ocupação de internamentos em Unidade de Alcoologia no ano.	80%
Ponderação 40%				
5 - Potenciar a adesão ao tratamento (OE1)	Ind. 11 Peso:	50%	% de novos utentes com realização de um número mínimo de 3 consultas no ano.	60%
	Ind. 12 Peso:	50%	% de utentes em tratamento no ano com realização de um número mínimo de 5 consultas no ano.	50%
Ponderação 40%				
6 - Desenvolver/optimizar o sistema de monitorização e avaliação dos programas e projectos apoiados pelo IDT, I.P.. (OE4)	Ind. 13 Peso:	40%	Data da disponibilização do sistema de monitorização e avaliação dos programas e projectos apoiados pelo IDT, I.P..	30 de Abril
	Ind. 14 Peso:	60%	% de entidades/projectos com informação concluída e registada na base de dados, até ao final do ano.	80%
Ponderação 35%				
7 - Fomentar a qualidade da informação divulgada, numa perspectiva de serviço público aberto à promoção da saúde e da cidadania. (OE5)	Ind. 15 Peso:	50%	Nível de satisfação da informação disponibilizada na página electrónica do IDT, I.P., através de um inquérito <i>on-line</i> (escala de 1 a 5 pontos).	2.5
	Ind. 16 Peso:	50%	N.º de pedidos de informação do ACS sobre assuntos internacionais, respondidos dentro do prazo.	75%
Ponderação 25%				



# ACTIVIDADES



## 5. Actividades a Desenvolver - 2009

As actividades elencadas no presente Plano de Actividades estão organizadas em áreas de intervenção (missão e transversais), as quais abarcam os programas, projectos e acções a desenvolver em 2009, próprias do IDT,I.P., Serviços Centrais, Regionais e Locais, e/ou desenvolvidas através das parcerias com outros organismos públicos ou privados.

### Áreas de Missão:

Plano Operacional de Respostas Integradas  
Prevenção  
Dissuasão  
Redução de Riscos e Minimização de Danos  
Tratamento  
Reinserção

### Áreas Transversais:

Coordenação  
Cooperação Internacional  
Informação/Investigação/Formação e Avaliação  
Reordenamento Jurídico

Estas áreas incluem as acções relativas à problemática da droga, do álcool e das toxicodependências. Salienta-se os programas de respostas integradas (PRI) pela abrangência da sua intervenção.

Para não perder de vista as metas a médio prazo, perspectivando já a avaliação dos Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências e Plano Nacional de Redução dos Problemas Ligados ao Álcool, programada para 2012, faz-se a correspondência entre as actividades planeadas para 2009 e as actividades preconizadas nos referidos Planos Nacionais/Acção, até 2012.

Esta consonância é garantida pela inscrição de um X nas últimas colunas das grelhas seguidamente apresentadas. Aquando da publicação dos supracitados Planos será incluído o respectivo número da actividade.

As acções não assinaladas nestas colunas referem-se a actividades de gestão corrente, a destacar da rotina, ou a projectos extra Planos de Acção.

Relativamente ao **QUAR**, as acções/actividades e respectivos indicadores e metas estão escritos a azul, salientando-se assim, os objectivos prioritários para 2009.

As parcerias com entidades externas ao IDT,I.P., bem como algumas informações complementares ao entendimento das acções e dos indicadores, estão assinaladas em nota de rodapé, no final das respectivas grelhas.

Em coluna própria faz-se referência a(s) unidade(s) orgânica(s) com responsabilidade, directa ou indirecta, na realização das respectivas actividades.



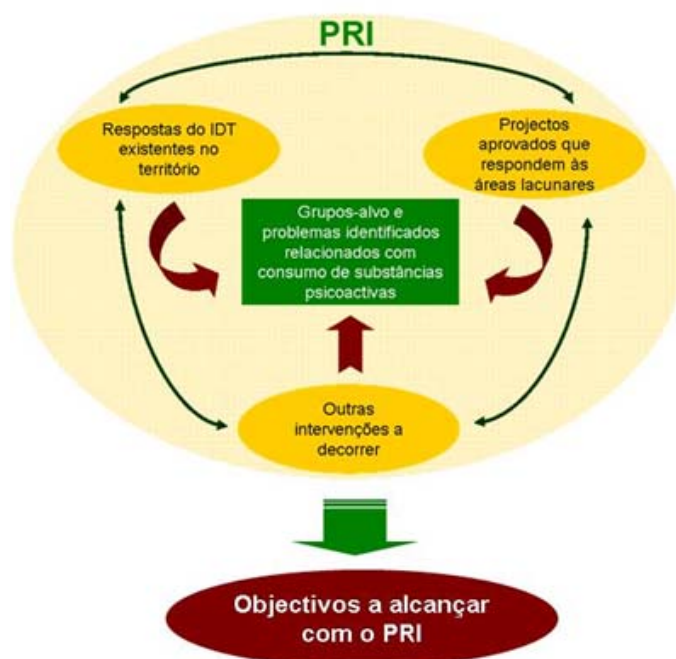
## Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI)

O Plano Operacional de Respostas Integradas como medida estruturante de toda a intervenção do IDT,I.P., continuará a ser desenvolvido, procurando potenciar as sinergias disponíveis com o objectivo de reduzir o consumo de substâncias psicoactivas.

A monitorização e avaliação das intervenções contratualizadas no âmbito de 74 PRI (51 co-financiados e 24 sem financiamento suplementar) assumirão um papel de relevo em 2009.

O Núcleo Territorial será um elemento basilar para o funcionamento, execução e avaliação dos PRI, onde o IDT,I.P. terá um papel fundamental enquanto promotor da concretização dos princípios fundamentais do PORI – Integração, Participação, Parceria e Territorialidade.

Com o Núcleo Territorial pretende-se, fundamentalmente, o desenvolvimento do PRI enquanto um todo, de forma articulada e concertada entre todas as entidades intervenientes. Neste sentido, pretende-se que o Núcleo contribua para um efectivo trabalho em rede, evitando o isolamento das intervenções, sendo este o espaço para a partilha e resolução de problemas em conjunto entre as várias entidades parceiras. Salienta-se que a filosofia de funcionamento implica uma gestão partilhada com base num estatuto de equidade e complementaridade entre os vários actores.



Em 2009, com a efectiva operacionalização de todas as fases de PORI, será possível avaliar a eficácia das respostas integradas, aferir as mais valias deste modelo de intervenção territorial e verificar quais os resultados intermédios alcançados, junto dos grupos-alvo.

## I - Resultado a atingir

**Construir uma rede global de respostas integradas e complementares, a nível local, com parceiros públicos e privados que vise a redução do consumo de substâncias psicoactivas.**<sup>3</sup>

### 1. Objectivo operacional

Construir uma rede global de respostas integradas e complementares, a nível local, com parceiros públicos e privados que vise a redução do consumo de substâncias psicoactivas.

N.º de ordem	Acções / Actividades	Indicadores	META 2009	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável (e)s	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
1.01	Implementação e coordenação dos <b>PRI co-financiados</b> contratualizados em 2008	N.º de Núcleos Territoriais em funcionamento / N.º de PRI formalizados	80%	DIC; DTR DR/CRI	X	
		N.º de projectos a decorrer / N.º de projectos contratualizados	80%	DIC; DTR; DPAG; DR/CRI	X	
1.02	Implementação e coordenação dos <b>PRI sem necessidade de financiamento</b> suplementar com compromisso de colaboração assinado em 2008	N.º de Núcleos Territoriais em funcionamento / N.º de PRI formalizados	80%	DIC; DTR DR/CRI	X	
1.03	<b>Avaliação do processo dos concursos</b> , a co-financiamento, e reformulação dos instrumentos a aplicar nos futuros concursos	Relatório de Avaliação	1	Comissão de Selecção dos Projectos	X	
		Reformulação da grelha de aplicação de critérios	1			
1.04	<b>Avaliação dos procedimentos de análise e reformulação dos diagnósticos</b> dos territórios e reformulação dos instrumentos a aplicar futuramente	Relatório de Avaliação	1	Comissão de Análise dos Diagnósticos	X	
		Reformulação da grelha de aplicação de critérios de análise dos diagnósticos	1			
1.05	Elaboração de <b>diagnósticos dos territórios</b> identificados para intervenção	N.º de diagnósticos concluídos	20	DR/CRI	X	
1.06	Constituição de <b>novos PRI com necessidade de financiamento</b> suplementar	Abertura de concurso público por território prioritário com diagnóstico concluído	20	DIC; DTR; DPAG; DMFRI; DR/CRI	X	
1.07	Constituição de <b>novos PRI sem necessidade de financiamento</b> suplementar	N.º de PRI com planeamento	5	DIC; DTR DR/CRI	X	
		N.º de Núcleos Territoriais constituídos	5			

<sup>3</sup> Trabalho em parceria com outros serviços da Administração Pública, IPSS/ONG.

1.08	Implementação dos <b>instrumentos de monitorização e de avaliação</b> dos projectos co-financiados, por áreas de missão (criação de novos e utilização de outros)	Ficha de indicadores de execução quantitativos (dos projectos co-financiados)	80%	DIC; DTR; DR/CRI	X	
		Modelo de Relatório Intermédio (técnico e financeiro) (dos projectos co-financiados que concluem o 1º ano de execução)	100%	DIC; DTR		
		Modelo de parecer técnico do CRI (dos projectos co-financiados que concluem o 1º ano de execução)	100%	DIC; DTR; CRI		
		Modelos de avaliação técnico-financeiro da DR (dos projectos co-financiados que concluem o 1º ano de execução)	100%	DIC; DTR; DPAG; DR		
1.09	Criação e implementação dos <b>instrumentos de monitorização e avaliação</b> dos PRI	Instrumento de recolha de informação quantitativa	1	DIC; DTR; DR/CRI		
		N.º de PRI avaliados/N.º de PRI implementados em 2008	80%			
1.10	<b>Avaliação técnica e financeira intermédia</b> dos projectos que concluem o primeiro ano de execução	N.º de projectos avaliados / N.º projectos em desenvolvimento	100%	DR	X	
1.11	Definição e implementação do <b>circuito de procedimentos</b>	Grau de eficácia do circuito de procedimentos	Aplicação de procedimentos adequados e eficazes	DIC; DTR/NT; DPAG; DR/CRI		
1.12	Efectuar <b>auditorias técnico-financeiras</b> a projectos co-financiados em 2008, que terminem o primeiro ano de execução em 2009	N.º de projectos auditados	7 (25% dos projectos)	DIC; DTR/NT; DPAG		
1.13	<b>Desenvolver/optimizar o sistema de monitorização e avaliação dos programas e projectos apoiados pelo IDT,I.P. (OE4)</b>	Data da disponibilização do sistema de monitorização e avaliação dos programas e projectos apoiados pelo IDT,I.P.	30 de Abril 2009	DIC; DTR/NT; DPAG/NI;	X	X
		Informação registada no sistema <sup>4</sup> (% de entidades/projectos com informação concluída e registada na base de dados, até ao final do ano)	80%	DR/CRI	X	X

<sup>4</sup> Com base nos dados referentes aos projectos que integram os PRI, com ou sem financiamento, inseridos pelas entidades promotoras.





## Prevenção

Os grandes objectivos estratégicos da Prevenção são:

- Prevenir o início do consumo de substâncias psicoactivas;
- Prevenir a continuação do uso e do abuso;
- Prevenir a passagem do uso ou abuso nocivos à dependência.

O principal objectivo da Prevenção é, sem dúvida, evitar o início do consumo de qualquer substância psicoactiva, com especial incidência nos jovens.

As estratégias preconizadas para a intervenção em prevenção são de três tipos: **prevenção universal**, dirigidas à população em geral; **prevenção selectiva**, dirigidas a grupos com factores de risco associados e **prevenção indicada**, dirigidas a indivíduos com padrões de risco acentuados ou comportamentos de risco.

1) Aumentar a qualidade da intervenção através de estratégias adequadas, maioritariamente de prevenção selectiva e indicada, com monitorização e avaliação dos resultados das intervenções.

Este grande objectivo continuará a ser concretizado através de um Programa e vários projectos. No âmbito do PIF preconiza-se o reforço da monitorização e da avaliação de modo a identificar um conjunto de boas práticas em áreas lacunares, devidamente avaliadas. Outros projectos como a Casa Pia de Lisboa, na abordagem de jovens em situação de institucionalização, o projecto “*link*”, na área dos padrões de consumo em contextos recreativos, nas escolas profissionais, com uma intervenção selectiva; no meio universitário, no sentido de reforçar a intervenção, na promoção de estruturas de apoio e encaminhamento para jovens numa lógica de diagnóstico e intervenção precoces, onde, a partir das experiências existentes se procurará definir um caminho coerente, da via da prevenção selectiva para a prevenção indicada, de cooperação com outras entidades; no sistema educativo, em que na articulação com outras estruturas de saúde, e obviamente com o ME, estará certamente a resposta às responsabilidades (partilhadas) do IDT,I.P.; no meio laboral e no meio desportivo, tentando criar e consolidar conhecimento para definir a intervenção, etc.

A garantia da qualidade e da adequação dos materiais e módulos de formação são áreas que merecerão da parte do NP dos SC e dos técnicos de prevenção regionais e locais uma especial atenção.

2) Contribuir para uma intervenção integrada do IDT,I.P. investindo na procura de respostas adaptadas aos problemas e às necessidades, partilhando recursos de forma articulada, internamente e com a sociedade civil.

Do mesmo modo, a Prevenção investe na qualidade no âmbito do PORI, um Plano Nacional de intervenção em territórios prioritários que procura dar respostas articuladas e abrangentes às necessidades diagnosticadas em todas as áreas de missão do IDT,I.P. (prevenção, dissuasão, tratamento, redução de riscos e minimização de danos e reinserção). Estão em campo cerca de 40 projectos geridos pelas DR e pelos CRI desenvolvidos por entidades com quem o IDT,I.P. contratualiza intervenções articuladas, número que muito brevemente será alargado. Neste momento, a intervenção no domínio da prevenção no PORI materializa-se no desenvolvimento de cerca de 45 projectos que privilegiam a prevenção selectiva e indicada dirigida a grupos específicos, crianças, jovens, famílias, comunidades, desenrolando-se em escolas, bairros, contextos recreativos, universidades, etc.

No sentido de garantir a harmonização de procedimentos e a qualidade das intervenções, constitui um objectivo prioritário, tal como das estruturas regionais e locais com intervenção na prevenção, definir as competências das equipas de prevenção, os circuitos e procedimentos, assim como dotar os técnicos de conhecimentos e instrumentos no sentido de alargar as boas práticas nesta área de missão.

O papel da Prevenção deverá ser no sentido de produzir conhecimento, algumas vezes através da promoção de projectos-piloto, e traçar linhas de orientação no âmbito da sua área de missão. Esses grandes objectivos serão atingidos através da produção de ferramentas e linhas de acção, sempre a partir dos contributos das equipas que no terreno aplicam diferentes modelos de intervenção, da sua experiência e dos seus saberes técnicos e científicos.

O ano de 2009 será de consolidação das respostas na área das novas tecnologias – e-mail, sítio “Tu-Alinhas” e “Chat Alinhas” – com a constante actualização do sítio “Tu-Alinhas” e a disseminação do “Chat Alinhas”, em colaboração com a DGIDC.

O Projecto “Eu e os Outros”, terminada a fase experimental, encontra-se num ano de expansão e consolidação a nível nacional. Será terminada a produção das 8 histórias e respectivo manual e iniciadas diligências no sentido de encetar parcerias com diversas entidades (Escola Superior de Polícia, Comissão para a Igualdade de Género, IPJ, entre outras) por forma a expandir a abrangência dos temas do projecto e obter consensos e a validação de conteúdos nos diversos temas, através da implicação das referidas entidades.

No respeitante às redes Europeias, a presidência da FESAT vai continuar a ser assegurada pelo NAI, com a colocação *on-line* de um novo sítio da FESAT com uma abordagem inovadora e onde se pretende tornar mais próxima a colaboração entre os serviços associados. Pretende-se preparar a publicação de uma brochura de boas práticas para o *e-mail counseling*.

**I - Resultado a atingir**

*Aumentar a qualidade da intervenção preventiva através do reforço da componente técnico-científica e metodológica.*

**2. Objectivo operacional** Melhorar a **qualidade de programas/projectos** que promovam intervenções baseadas em evidência científica.

N.º de ordem	Acções / Actividades	Indicadores	META 2009	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável (eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
2.01	Acompanhar e monitorizar os <b>projectos dos Programas de Intervenção Focalizada</b> (PIF)	N.º de Visitas N.º de reuniões N.º de workshops Taxa de resposta atempada e adequada aos pedidos N.º de instrumentos criados Relatório de execução do programa	23 4 3 80% 3 1	DIC/NP	X	
2.02	Implementar o processo de <b>avaliação de processo</b> e de resultados do PIF: recolha, análise e interpretação dos dados	N.º de questionários aplicados Criação de base de dados SPSS Criação da estrutura de relatório final de processo e resultados dos projectos N.º de relatórios dos projectos	1427 4 1 23	DIC/NP	X	
2.03	<b>Recolha e sistematização de informação</b> relativa a programas preventivos eficazes	Relatório e proposta de catálogo	1+1	DIC/NP/NAI	X	
2.04	Contribuir para a definição da <b>estrutura do sistema de recolha de informação</b> relativa à intervenção preventiva	Proposta de conteúdos das fichas de recolha de dados Contributos para a estrutura de sistema informático N.º de entidades com dados inseridos	1 1 80%	DIC/NAI/NP	X	
2.05	Colaborar na criação e implementação do <b>sistema de auditoria</b> técnico-financeira de projectos	Estrutura do sistema de auditoria N.º de projectos PIF auditados	1 25% (6)	DIC/NP; DPAG	X	
2.06	Realizar um <b>diagnóstico nacional</b> sobre as respostas existentes. Colaborar na <b>construção do enquadramento para a intervenção</b> numa lógica de prevenção indicada	Relatório de diagnóstico Proposta de enquadramento teórico-metodológico	1 1	DIC/NP; DTR/NT	X	X
2.07	Colaborar na produção de <b>linhas de orientação para a intervenção em meio laboral</b> c)	Documento de linhas orientadoras para a intervenção em meio laboral	1	DIC/NP; DTR/NR/NT	X	X

## PREVENÇÃO

### 3. Objectivo operacional      Criar e divulgar **materiais que sustentem a qualidade da intervenção preventiva**, em contextos considerados prioritários.

N.º de ordem	Acções / Actividades	Indicadores	META 2009	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável(eis)	Ref. <sup>a</sup> Planos de Acção	
					Droga	Álcool
3.01	Definir critérios de qualidade para a criação e utilização de <b>materiais técnico-pedagógicos</b>	Grelha de critérios	1	DIC/NAI/NP/ NRD	X	X
	Definição dos termos para a <b>criação de uma Comissão de Validação de Materiais Preventivos</b>	Proposta de documento para a criação da Comissão de Validação de Materiais Preventivos	1			
3.02	Produção do Manual “ <b>Eu e os Outros</b> ”	Manual “Eu e os Outros” (manual disponível em CD e impresso)	1	DIC/NAI	X	X
3.03	Produção de <b>Manual de FAQ</b> (e-mail)	Manual de <b>FAQ</b> (e-mail)	1			
3.04	Produzir e/ou adaptar planos de formação no âmbito da intervenção com: <b>família, jovens, entre outros</b>	N.º de módulos produzidos	5	DIC/NP/NAI	X	X

### II – Resultado a atingir

*Aumentar a abrangência, a acessibilidade, a eficácia e a eficiência dos programas de prevenção.*

### 4. Objectivo operacional      Reforçar as intervenções de **prevenção universal** eficazes e avaliadas.

4.01	Realizar em articulação com outras entidades <b>intervenções de informação/sensibilização, integradas e focalizadas</b> , sobre as substâncias psicoactivas e riscos associados ao seu consumo Articulação com estruturas do <b>Ensino Superior</b>	N.º de intervenções realizadas N.º de estruturas com articulação N.º de acções de sensibilização N.º de estudantes abrangidos pelas acções de sensibilização	a)	DIC/NP; DR/CRI	X	
4.02	Reforçar as intervenções de <b>prevenção universal</b> eficazes e avaliadas nas <b>escolas</b>	N.º de intervenções em escolas N.º de participantes abrangidos N.º de intervenções	a)	DIC; DR/CRI	X	X
4.03	▪ Projecto “ <b>Copos, quem decide és tu</b> ”	N.º de intervenções em escolas N.º de participantes abrangidos	b) b)	DIC/NP; DR/CRI	X	X
4.04	▪ Projecto “ <b>Eu e os Outros</b> ”	Δ N.º de crianças e jovens abrangidos Δ N.º de professores formados	+10% c) +10% c)	DIC/NAI; DR/CRI	X	X
4.05	Analisar a <b>abordagem dos conteúdos relativos às SPA</b> , nas áreas curriculares disciplinares e não disciplinares	Documento produzido	1	DIC <sup>5</sup>	X	X

<sup>5</sup> Da competência do ME/DGIDC. Participação quando solicitada.

4.06	Reforçar as intervenções de prevenção universal eficazes e avaliadas no <b>meio laboral</b> e no <b>meio escolar profissional</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Programa PASITForm</li> <li>Intervenção nas Escolas Profissionais</li> </ul>	Documento de reformulação do programa N.º de CGD abrangidos N.º de intervenções Relatório e documento de avaliação do processo	1 d) d) 1	DIC/NP; DTR/NR; DR/CRI	X	X
4.07	Consolidar e actualizar o <b>sítio “Tu-Alinhas”</b>	N.º de novos conteúdos inseridos $\Delta$ N.º de visitas Relatório anual	2 +10% 1	DIC/NAI	X	X
4.08	Implementar o <i>chat</i> <b>“Tu-Alinhas”</b> com o ME	N.º de sessões realizadas N.º de alunos abrangidos	8 +20			
4.09	Manter o atendimento telefónico da <b>Linha Vida</b> e a resposta por <i>e-mail</i> em tempo	Relatório anual N.º Chamadas recebidas N.º Encaminhamentos N.º de <i>e-mail</i> recebidos / N.º de <i>e-mail</i> respondidos	1 NQ NQ 100%			

**5. Objectivo operacional**      Reforçar a **intervenção de incidência local** com base em programas de respostas integradas.

5.01	Colaborar na implementação do <b>Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI)</b>	<b>Ver PORI</b> Itens referentes à Prevenção		SC/DR/CRI	X	X
------	---	---	--	-----------	---	---

**6. Objectivo operacional**      Reforçar intervenções de **prevenção selectiva e indicada**, eficazes e avaliadas.

6.01	Desenvolver em colaboração com outras entidades Programas/Intervenções de prevenção selectiva e indicada em <b>grupos, indivíduos e/ou contextos específicos</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Casa Pia</li> <li>Link</li> </ul>	Visitas aos CED Relatório anual Formação ao Grupo de Referência Desenho de projecto	16 1 3 1	DIC/NP; DR/CRI	X	X
6.02	Reforçar, nas <b>escolas</b> , as intervenções de prevenção selectiva e indicada eficazes e avaliadas	N.º de intervenções N.º de alunos abrangidos N.º de técnicos abrangidos	a)	CRI	X	X
6.03	Criação de documento de <b>competências das Equipas Técnicas de Prevenção</b> Apoio às DR na divulgação dos princípios da intervenção preventiva	Proposta de documento Documentos enquadramentos da intervenção	1 1	DIC/NP; DR/CRI	X	X
6.04	Produção do novo <b>site da FESAT</b> e implementação do mesmo Produção de <b>Linhas Orientadoras para e-mail conseling</b>	Produção de sítio Relatório de monitorização dos serviços telefónicos europeus na área da droga e álcool Produção de publicação	1 1 1	DIC/NAI; DMFRI/NRI	X	X

- a) As DR deverão dar o número de acções previstas.
- b) A CVP deverá dar o n.º de acções, participantes.
- c) Percentagem acrescida em relação ao n.º do ano 2008.
- d) A definir com o IEFP.



## Dissuasão

A área de missão da dissuasão visa concretizar um conjunto de objectivos estratégicos que são complementares com as estratégias das outras áreas de intervenção do IDT,I.P., tendo por objectivo comum reduzir o consumo de drogas ilícitas e os seus efeitos nefastos em termos sociais e de saúde fomentando, assim, a inclusão social.

Em 2009, e dentro das competências que o IDT,I.P. detém na área da dissuasão<sup>6</sup>, continuar-se-á a acompanhar as CDT procurando harmonizar práticas e procedimentos das mesmas, nomeadamente através de apoio técnico em matérias jurídicas, processuais e psicossociais, emissão de pareceres sobre matérias associadas à operacionalização da lei e ainda através do controlo e acompanhamento das decisões proferidas.

Para o desejável cumprimento dos objectivos da área da dissuasão constantes no *Plano de Acção Contra a Droga e as Toxicodependências 2009 - 2012*, mostra-se, contudo, fundamental a concretização da aí prevista acção “Atribuição de competências ao IDT,I.P. que permita um efectivo acompanhamento da operacionalização da lei”, o que, a não verificar-se, em muito condicionará a optimização do acompanhamento das CDT pelo IDT,I.P. e a harmonização de práticas e procedimentos das comissões no âmbito da aplicação da lei e, portanto, deste próprio Plano de Actividades.

<sup>6</sup> Está em preparação uma Proposta de Delegação de Poderes a remeter à tutela, tendo em vista a clarificação e passagem de competências expressas para o IDT,I.P., tendo em vista agilizar procedimentos, formação e supervisão das CDT, de forma a responder a um melhor acompanhamento e apoio destas estruturas e reforçar o papel da dissuasão, e aguarda-se, também, algumas alterações legislativas para esta área de intervenção para aumentar a eficácia da Lei n.º 30/2000.

**I – Resultado a atingir**

*Garantir a eficiência e a eficácia na aplicação da lei, assegurando um acompanhamento adequado, justo e com qualidade técnica, que vá ao encontro das necessidades efectivas dos indiciados consumidores.*

**7. Objectivo operacional** Optimizar o **acompanhamento das CDT pelo IDT,I.P.** Harmonizar práticas e procedimentos das CDT no âmbito da aplicação da lei. Adequar as práticas e procedimentos das CDT à realidade heterogénea do consumo de drogas. Melhorar o conhecimento na área do uso e abuso de drogas.

N.º de ordem	Acções / Actividades	Indicadores	META 2009	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável (eis)	Ref.º Planos de Acção	
					Droga	Álcool
7.01	Atribuição de competências ao IDT,I.P. que permita um <b>efectivo acompanhamento da operacionalização da lei</b>	Proposta de Despacho de Delegação de Poderes	1	GAD	X	
		Parecer/Proposta de alteração à Lei n.º 30/2000	1	GAD	X	
7.02	Apoio técnico em <b>matérias jurídico, processuais e psicossociais às CDT</b>			GAD	X	
7.03	Controlo e acompanhamento das decisões proferidas no âmbito do quadro legal vigente ( <b>Lei n.º 30/2000 e DL n.º 130/2001</b> )	Relatórios produzidos	2			
7.04	Emissão de pareceres e orientações sobre matérias associadas ao <b>funcionamento das CDT e da operacionalização da lei</b>	N.º de Pareceres e propostas de orientações produzidas / N.º de pedidos	100%	GAD	X	
7.05	<b>Gestão da base de dados nacional – Registo Central</b> Actualização e tratamento de dados, resposta a consultas de dados, preparação de dados para efeitos de diagnósticos territoriais, fornecimento de BI provisórios, inserção de dados, zelar pelo bom funcionamento da aplicação	Actualização, manutenção, tratamento de dados e destruição do arquivo, nos termos legais	100%	GAD	X	
		N.º resposta a pedidos concretos/N.º de pedidos	100%	GAD	X	
7.06	<b>Eliminação de todos os registos individuais a nível nacional</b> cumprindo o disposto no artigo 6º da Portaria n.º 604/2001	N.º de processos arquivados ao abrigo do n.º 1, art.º 6º da Portaria n.º 604/2001	100%	GAD	X	
		Processos arquivados ao abrigo do n.º 2, art.º 6º da Portaria n.º 604/2001	100%	GAD	X	
7.07	Realização de acções de <b>formação específica</b>	N.º de acções de formação realizadas	a)	GAD; SC	X	
7.08	Reuniões periódicas de <b>supervisão técnica</b>	N.º de reuniões de supervisão técnica realizadas				
7.09	Participação em momentos de formação e de supervisão noutras estruturas do IDT,I.P. nomeadamente nas <b>ET dos CRI</b>	N.º de participações em acções de formação				
		N.º de participações em acções de supervisão				
7.10	Realização de <b>reuniões temáticas</b>	N.º de reuniões temáticas realizadas				
7.11	Promoção de <b>troca de experiências entre CDT</b> tendo em vista a justiça e equidade nacional na aplicação das sanções, nos encaminhamentos e nos acompanhamentos	N.º de documentos orientadores propostos / N.º de documentos orientadores solicitados	100%	GAD	X	

a) O cumprimento destas acções depende da atribuição de competências pelo MS ao IDT,I.P., no âmbito das CDT



## II – Resultado a atingir

*Garantir e promover a articulação entre serviços com responsabilidades e/ou implicações na aplicação da lei.*

**8. Objectivo operacional** Melhorar a **articulação interna** com os serviços e respostas do IDT,I.P., e outras respostas convencionadas.

8.01	Promoção e acompanhamento da articulação local com as <b>respostas preventivas</b>	N.º de encaminhamentos para este tipo de respostas / N.º de indiciados sinalizados para este tipo de respostas	100%	GAD/CDT	X	
8.02	Promoção e acompanhamento da articulação local com as <b>respostas da RRMD</b>	N.º de encaminhamentos para este tipo de respostas / N.º de indiciados sinalizados para este tipo de respostas	100%			
8.03	Promoção e acompanhamento da articulação local com as <b>respostas de tratamento e clínicas</b>	N.º de encaminhamentos para este tipo de respostas / N.º de indiciados sinalizados para este tipo de respostas	100%			

**9. Objectivo operacional** Potenciar a **articulação intraministerial** no âmbito dos serviços do Ministério da Saúde.

9.01	Articulação com os <b>Centros de Saúde, Hospitais e outros Serviços de Saúde</b>	N.º de encaminhamentos para estas estruturas de saúde / N.º de indiciados sinalizados para estas estruturas de saúde	100%	GAD/CDT	X	
------	--	--	------	---------	---	--

**10. Objectivo operacional** Fomentar a **articulação interministerial** com as tutelas com competências formais no âmbito da aplicação da lei e com as tutelas cuja missão abarque respostas no âmbito da toxicodependência.

10.01	Effectivação e reforço de articulação e do <b>trabalho em parceria com as autoridades policiais, tribunais e governos civis</b> de forma a aumentar o número de processos e a garantir a aplicação das sanções <sup>7</sup>	% de aumento do N.º de autos % de aumento do N.º de sanções executadas	5 % 5%	GAD/CDT	X	
10.02	Promoção da articulação junto dos parceiros com respostas dirigidas à <b>população consumidora e em situação de desintegração social</b> <sup>8</sup>	Proposta para optimização da articulação	1			
10.03	Melhoria e redefinição dos procedimentos a adoptar junto de indiciados reclusos ou com medidas penais <sup>9</sup>	Proposta de redefinição de alguns procedimentos	1			

<sup>7</sup> Em parceria com MAI e MJ.

<sup>8</sup> Em parceria com MTSS e MS.

<sup>9</sup> Em parceria com MJ e MAI.



## Redução de Riscos e Minimização de Danos

Portugal assume que esta abordagem é complementar às abordagens em matéria de prevenção, tratamento e reinserção contribuindo deste modo para uma abordagem integrada e complementar ao fenómeno das toxicodependências. A Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD) consiste num modelo próprio de intervenção face à problemática que se desenvolve em torno do consumo de substâncias psico-activas, com pressupostos, objectivos e metodologias específicas, que se configuram num corpo teórico-prático coerente e distinto de outras modalidades de intervenção, como sejam a prevenção, o tratamento ou a reinserção.

O consumo de substâncias psico-activas origina e reflecte fenómenos muito diferentes consoante a dinâmica que se gera a partir do cruzamento de aspectos como a substância, a pessoa, as redes sociais de apoio ou o enquadramento social, económico e político. Face a uma realidade que é complexa na sua expressão, na sua gravidade, nas suas causas e consequências, importa conceber uma miríade de modalidades de intervenção estratégicas para proporcionar a resposta adequada consoante a realidade específica de cada subproblemática e de cada subpopulação.

Assim, e tendo como base o conhecimento pragmático e científico de efeitos lesivos associados ao consumo de substâncias psico-activas, acrescidos na mesma medida da relação de dependência do sujeito com a substância (e em função das variáveis já enunciadas), importa, numa primeira linha, actuar no sentido de prevenir a sua utilização. Por outro lado, são importantes as respostas que se configuram no modelo do tratamento e que apoiam os indivíduos que pretendem abandonar o consumo de determinadas substâncias.

Este tipo de resposta, que se configura num modelo de RRMD, é assim pertinente para o indivíduo e sociedade, independentemente do tipo de relação do sujeito com a substância, na medida em que, desde a primeira experiência de consumo, é relevante o conhecimento das potenciais consequências deste. A Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece a abordagem de RRMD como um conjunto de boas práticas no domínio da saúde pública, particularmente relevantes na prevenção do VIH/SIDA.

REDUÇÃO DE RISCOS E MINIMIZAÇÃO DE DANOS**I – Resultado a atingir**

*Construir uma rede global de respostas integradas e complementares, no âmbito da redução de riscos e minimização de danos, com parceiros públicos e privados.*

**11. Objectivo operacional** Consolidar a **Rede Nacional** de Redução de Riscos e Minimização de Danos.

N.º de ordem	Acções / Actividades	Indicadores	META 2009	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável (eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
11.01	Recolha da informação por Delegação Regional Sistematizar e harmonizar a informação recolhida	Documento Interno	1	DIC/NR	X	
11.02	Apreciar a pertinência do alargamento de respostas das estruturas existentes, através da análise técnica das propostas das DR	N.º de projectos aprovados / N.º de estruturas em funcionamento	80%	DIC/NR	X	
		N.º de propostas apresentadas / N.º de estruturas com alargamento de respostas	80%		X	
11.03	Apreciar a pertinência da implementação de respostas inovadoras através da análise técnica das propostas apresentadas pelas DR	N.º de propostas pertinentes / N.º de propostas apresentadas	80%		X	
11.04	Abertura de procedimento para atribuição de financiamento a novas estruturas em territórios considerados prioritários	N.º de procedimentos para atribuição de financiamento / Novas estruturas necessárias	80%		X	

**12. Objectivo operacional** Promover o Diagnóstico, Aconselhamento e **Referenciação de doenças infecciosas** junto da população utilizadora de drogas.

12.01	Dinamizar <b>acções de formação e/ou sensibilização dirigidas a técnicos das DR e dos CRI</b> (Princípios da RRMD e o papel do IDT,I.P. no ADR) estruturas de saúde como retaguarda fundamental no processo de ADR	N.º de acções de formação / sensibilização internas	5	DIC/NRD; DR	X	
		N.º de técnicos abrangidos	50			
12.02	Dinamizar acções de <b>formação e/ou sensibilização através das DR a técnicos de estruturas de saúde parceiras e IPSS:</b> (Princípios da RRMD e o papel das estruturas de saúde como retaguarda fundamental no processo de ADR)	N.º de acções de formação / sensibilização externas	3			
		N.º de participantes	30			
12.03	Preparar a agenda de um <b>Congresso “RD &amp; Advocacy”</b>	Apresentação de uma proposta de um Congresso “Redução de Danos e Advocacy”	1	DIC/NRD	X	
12.04	Promover a articulação com IPSS para implementação do <b>PSO de Baixo Limiar de Exigência</b> com vista à implementação progressiva de <b>Centros de Terapêutica Combinada</b>  Definição de modelo de Protocolo para a implementação do programa	Publicação do documento Linhas de Orientação para PSO BLE	1	DIC/NRD; DTR	X	
		N.º de reuniões regionais realizadas para apresentação das Linhas de Orientação para PSO BLE	5	DIC/NRD; DR	X	
		Minuta de Protocolo aprovada	1	DIC/NRD	X	

### 13. Objectivo operacional

Consolidar e aperfeiçoar o **Modelo de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação** de estruturas de redução de riscos e minimização de danos.

13.01	<b>Divulgar os circuitos e procedimentos</b> junto das estruturas regionais e locais do IDT,I.P.	Documento com definição de circuitos e procedimentos	1	DIC/NRD	X	
13.02	Aplicação do Modelo aos novos projectos em curso Desenvolvimento de instrumentos de avaliação para novos tipos de estruturas implementadas	N.º de novas estruturas/N.º de novos instrumentos	80%			
13.03	Proposta de conteúdos a serem integrados na Base de Dados de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação de Programas e Projectos apoiados pelo IDT,I.P.	Proposta Apresentada	1			

### 14. Objectivo operacional

Desenvolver um processo de **melhoria contínua da qualidade** da intervenção em RRMD.

14.01	Elaboração de um <b>manual de orientações técnicas</b> para intervenção de RRMD	Manual de orientações técnicas para intervenção de RRMD	1	DIC/NRD	X	
14.02	Apresentar um <b>modelo de certificação dos projectos</b> de RRMD	Modelo de certificação	1			
14.03	Recolha e sistematização dos <b>indicadores gerais de actividade</b> das estruturas/projectos de RRMD em curso	Apresentação de documento de análise dos indicadores das estruturas de RRMD	1	DMFRI/NE; DIC/NRD	X	
14.04	▪ Análise preliminar dos indicadores com vista à definição de linhas de investigação	Apresentação de uma proposta de investigação	1			
14.05	Definir <b>critérios de qualidade</b> para a criação e utilização de materiais de suporte à intervenção em RRMD	Grelha de Critérios	1			
14.06	Definição dos <b>termos para a criação de uma Comissão de validação de materiais</b> de suporte à intervenção em RRMD	Proposta de documento para a criação da Comissão	1	DTR/NR; DIC/NRD	X	
14.07	Análise e selecção de candidaturas para atribuição de apoio financeiro a entidades privadas sem fins lucrativos para o <i>Desenvolvimento de projectos de investigação-acção para validar metodologias de intervenção</i>	N.º de projectos apoiados	1			
14.08	Definição e implementação do <b>modelo de avaliação</b> de acordo com a especificidade do projecto	Modelo de avaliação e aplicação dos respectivos instrumentos	1			

### 15. Objectivo operacional

Promover a **integração sócio-urbanística de territórios que apresentam factores de vulnerabilidade crítica**, através de planos de intervenção.

15.01	Assegurar a integração e a parceria efectiva das estruturas/projectos co-financiados pelo IDT,I.P. com a iniciativa <b>Bairros Críticos</b> , nos respectivos territórios	N.º de estruturas co-financiadas pelo IDT,I.P. participantes na estratégia global da iniciativa Bairros Críticos	1	DIC/NRD; DR	X	
-------	---	--	---	-------------	---	--

**II – Resultado a atingir****Disponibilizar programas de redução de riscos e minimização de danos a grupos específicos.****16. Objectivo operacional** Intervenção junto de frequentadores de **contextos de diversão nocturna**.

N.º de ordem	Acções / Actividades	Indicadores	META 2009	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável (eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
16.01	Pesquisa e recolha de contributos para elaboração de um <b>manual de intervenção</b> em espaços recreativos	Apresentação de um manual	1	DIC/NRD	X	
16.02	Promover a nível regional um levantamento das <b>necessidades de intervenção em contextos de festas e festivais de verão</b> (eventos)	Relatório das necessidades identificadas a nível regional	5	DIC/NRD; DR	X	
16.03	Elaboração de uma <b>grelha de parâmetros para selecção dos eventos</b> que serão alvo de intervenção	Grelha de Critérios	1			
16.04	Propor a realização de reuniões por DR com os principais <b>organizadores dos eventos seleccionados</b>	Produção de relatórios por região	5			
16.05	Implementação de acções de formação dirigidas a <b>técnicos das DR/CRI</b> que actuarão, como população alvo-estratégica, em intervenções dirigidas a <b>frequentadores de contextos de diversão nocturna</b> <sup>10</sup>	N.º de acções de formação desenvolvidas	2	DIC/NRD	X	
		N.º de técnicos abrangidos a nível nacional	60	DIC/NRD; DR/CRI	X	
16.06	Produção de <b>materiais de divulgação específicos</b> (revisão, reedição e edição) <sup>10</sup>	Produção de um folheto informativo para intervenção em contexto Universitário	1	DIC/NRD	X	

**17. Objectivo operacional** Intervenção em **Meio Prisional**.

17.01	Prosseguir no acompanhamento local e nacional da implementação do <b>PETS</b> nos dois <b>estabelecimentos prisionais</b> piloto, adequando as características do Programa Experimental à avaliação realizada	Relatório de Avaliação do PETS	1	DIC/NRD <sup>11</sup> ; DR	X	
		Plano de adaptação do PETS	1			
17.02	Realizar uma proposta aos restantes parceiros (DGSP e CNVIH-SIDA) de um <b>programa de informação e sensibilização de interlocutores chave</b> de um conjunto de <b>Estabelecimentos Prisionais</b> sobre redução de riscos e minimização de danos	Proposta apresentada	1			
17.03	Criar um <b>grupo de trabalho de entidades promotoras de projectos de RRMD</b> que actuam em <b>meio prisional</b> com vista à troca de experiências e saberes no que reporta à intervenção em meio prisional, identificação das melhores práticas e criação de sinergias com o processo de sensibilização e informação sobre RRMD	Documento com as melhores práticas identificadas	1			
17.04	Realizar uma proposta de <b>materiais de informação</b> sobre redução de riscos adequados a esta intervenção e apresentar a mesma aos parceiros (DGSP e CNVIH-SIDA) para discussão	Proposta apresentada	1			

<sup>10</sup> GIES.<sup>11</sup> Grupo Nacional de Avaliação e Monitorização do Programa Específico de Troca de Seringas em Meio Prisional e Grupo Operacionalização Local do Programa Específico de Troca de Seringas em Meio Prisional.

## Tratamento

O ano de 2009 será marcado pela continuidade e estabilização da integração de novos serviços e pela aplicação dos novos instrumentos de trabalho.

Tendo sido elaborada a proposta do Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool, assim que aprovada caberá ao IDT,I.P. o desenvolvimento de algumas das suas acções, complementando a sua actividade no domínio da oferta de programas de tratamento para consumidores de substâncias ilícitas.

A extensão da população que consome bebidas alcoólicas, a diversidade de contextos, de padrões de consumo e seus efeitos, exige um diagnóstico rigoroso que possibilite uma boa definição de níveis de intervenção tendo em vista uma ampla mobilização de recursos.

Para garantir esses recursos, o IDT,I.P. deverá investir na articulação das entidades de saúde prestadoras de serviços ao nível das suas redes quer interna, quer externa (englobando nesta última, instituições financiadas directa ou indirectamente pelo IDT,I.P. e outros serviços de saúde, públicos e privados), na criação de circuitos de referência e na formação de profissionais no domínio das dependências, aproximando e diversificando a oferta de respostas de tratamento.

Neste esforço de aumentar e melhorar as respostas, começaram também a ser implementados os Programas de Respostas Integradas (PRI), no âmbito do PORI, sendo agora necessário monitorizar e avaliar a actividade desenvolvida pelas entidades envolvidas.

A reorganização das equipas de tratamento, a criação de novos programas de tratamento, um maior enfoque no atendimento a populações específicas, a melhoria na recolha de indicadores que permitam traduzir a qualidade dos resultados alcançados com a actividade desenvolvida, a sistematização de linhas orientadoras, serão alguns dos desafios que se nos colocarão nos próximos meses.

**I – Resultado a atingir**

*Garantir, a toda a população que o deseje, acesso em tempo útil a respostas terapêuticas integradas (articuladas e complementares).*

**18. Objectivo operacional** Promover uma **rede de recursos de saúde e Sócio-sanitários**, que implique os múltiplos actores do sector público e privado numa lógica de proximidade ao cidadão e à comunidade.

N.º de ordem	Acções / Actividades	Indicadores	META 2009	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável (eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
18.01	Manutenção/alargamento da <b>rede integrada</b> de prestação de cuidados	N.º de Protocolos ou Acordos efectuados	5	DTR/NT; DR/CRI	X	X
18.02	<b>Integrar os cuidados de saúde ao toxicodependente e ao utente com PLA</b> , a nível regional e territorial, agilizando o seu tratamento na comunidade de pertença e evitando a discriminação na utilização dos dispositivos de saúde: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Articulação com os Centros de Saúde e Hospitais – consultas descentralizadas</li> <li>▪ Articulação com as estruturas da comunidade que prestem cuidados de saúde</li> <li>▪ Reforço dos sistemas de atendimento, informação, encaminhamento e apoio, na área dos problemas ligados ao álcool em grávidas, mediante protocolos e articulação dos organismos e entidades que intervêm na área</li> </ul>	Guia de Recursos	1	DTR/NT; DR/NAT; CRI; UA	X	X
		N.º de unidades com programas dirigidos (PLA) com quem se estabelece articulação	3			
18.03	Fazer o levantamento dos <b>circuitos padrão de referência</b> de utentes para diferentes serviços de saúde	Documento dos circuitos padrão de referência	1	CD/ DTR/NT; DR/ NAT; CRI; UA	X	X
18.04	Criação de uma <b>rede de referência</b> de acordo com os diversos níveis de gravidade e de necessidades	Proposta da rede à Tutela	1		X	X

**19. Objectivo operacional** Promover o redimensionamento e a reorientação da **rede prestadora de cuidados em função do diagnóstico dos contextos globais e locais**, constituindo uma rede de cuidados integrados.

19.01	Participar na <b>implementação, monitorização e avaliação do PORI</b> com os outros vectores do Eixo de Redução de Procura, em articulação com outras instituições públicas e privadas	<b>Ver PORI</b> Itens referentes ao Tratamento		DR; DTR/NT	X	X
19.02	Identificar as <b>necessidades da rede integrada</b>	Documento do diagnóstico	1	DR/CRI; DTR/NT	X	X



## 20. Objectivo operacional

Promover medidas que permitam facilitar o **acesso aos diversos programas de tratamento**, gerindo os tempos de espera de acordo com critérios éticos e científicos e as realidades locais.

20.01	<b>Reduzir os tempos de espera para primeira consulta</b> , num universo de procura limitado a um crescimento previsível de 5% sobre o valor de 2008. (OE2)	% de atendimentos nas <b>Equipas de Tratamento</b> realizados em menos de 15 dias	80%	DR/CRI; UA	X	X
		% de atendimentos nas <b>Unidade de Alcoologia</b> realizados em menos de 30 dias	80%			
20.02	Manter os <b>tempos de espera para programas de tratamento</b> (Metadona, Internamento para Desabilitação e Comunidade Terapêutica) dentro dos limites previamente definidos como aceitáveis	% de programas de tratamento com tempo de espera médio dentro dos limites aceitáveis	75%	DR/CRI; UA; UD; CT	X	X
20.03	Inventariar <b>modelos de admissão para primeira consulta em ET</b>	Inventário dos modelos de admissão	1	DTR/NT	X	
20.04	Definir <b>modelo de transferência de utentes</b> entre ET dos CRI	Documento modelo de transferência de utentes	1	DTR/NT; CRI	X	
20.05	Definir <b>critérios de admissão para CT</b>	Documento com definição de critérios	1	DTR; CT	X	

## II – Resultado a atingir

*Disponibilizar uma oferta de programas de tratamento e de cuidados diversificada, abrangendo um amplo leque de abordagens psicossociais e farmacológicas, orientadas por princípios éticos e pela evidência científica.*

**21. Objectivo operacional** Melhorar a oferta de **programas de tratamento** à população toxicodependente pautados pela ética e baseados na evidência científica.

21.01	Incrementar a eficácia da <b>rede de tratamento</b> , tendo por base os dados referentes ao ano de 2008:  Garantir, através de uma intervenção integrada, o <b>tratamento em ambulatório nas unidades do IDT,I.P.</b> (OE2)	N.º total de utentes em tratamento nos CRI e nas UA no ano	47.500	CRI; UA	X	X
		N.º de novos utentes admitidos nos CRI e nas UA no ano	8.500			
		N.º total de consultas/atendimentos nos CRI e nas UA no ano	550.000			
21.02	Garantir a rentabilização das <b>unidades públicas de internamento</b> (OE2)	Taxa ocupação de internamentos em Comunidade Terapêutica no ano	80%	CT	X	X
		Taxa ocupação de internamentos em Unidade de Desabilitação no ano	70%	UD		
		Taxa ocupação de internamentos em Unidade de Alcoologia no ano	80%	UA		
21.03	Potenciar a <b>adesão ao tratamento</b> (OE1)	% novos utentes com realização de um número mínimo de 3 consultas no ano	60%	CRI/UD Centro das Taipas; UA	X	X
		% utentes em tratamento no ano com realização de um número mínimo de 5 consultas no ano	50%			
21.04	Elaborar <b>novos programas de tratamento</b> em regime ambulatório (com objectivos, fases e duração bem definidos)	N.º de programas elaborados	1	DTR/NT; DR/CRI	X	
21.05	Actualizar <b>linhas de orientação</b> para programas de tratamento farmacológico com agonistas opiáceos	Documento de linhas de orientadoras para programas de manutenção com Metadona	1	DTR/NT; DR/NAT/CRI	X	

## T R A T A M E N T O

N.º de ordem	Acções / Actividades	Indicadores	META 2009	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável (eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
21.06	Participar na implementação e manutenção de um <b>Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Monitorizar a utilização do SIM</b> pelos técnicos das ET, nas unidades com efectiva utilização do sistema</li> </ul>	% de técnicos por grupo profissional a registar no SIM as consultas dos novos utentes	95%	DTR/NT; DMFRI/NE; DR/CRI	X	X
		% de técnicos por grupo profissional a registar no SIM as consultas dos utentes em seguimento	95%			
21.07	Monitorizar os <b>padrões (rácios) de actividade dos diferentes grupos profissionais das ET</b>	Relatório de monitorização: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ % de tempo dedicada ao tratamento</li> <li>▪ Tempo médio dedicado à consulta (minutos)</li> <li>▪ N.º de consultas realizadas (média/hora)</li> <li>▪ % de utentes por técnico de cada grupo profissional</li> </ul>	1	DTR/NT; DMFRI/NE; DR/NAT; CRI	X	X

**22. Objectivo operacional** Implementar e/ou melhorar **programas específicos de resposta eficiente num registo simultaneamente vertical** (rede de referenciação) e horizontal (articulações dos diferentes vectores) para grupos com necessidades específicas.

22.01	Monitorização da ocorrência de comorbilidade: <b>Comorbilidade Física</b> - Infecção HIV; Hepatite B e C; Sífilis; Tuberculose <b>Comorbilidade Psíquica</b> - Duplos diagnósticos – doença psiquiátrica associada <b>Administração vigiada</b> - Medicamentos por comorbilidade	Relatório de monitorização	1	DTR; DR/NAT; CRI	X	
22.02	Realização de <b>rastreio de doenças infecciosas</b> (Infecção VIH; Hepatite B e C; Sífilis; Tuberculose)	Novos utentes com rastreio efectuado (VIH, Hepatites, Sífilis)	75%	DR/NAT; CRI	X	
		Novos utentes com rastreio efectuado (Tuberculose)	50%			
		Utentes em seguimento com conhecimento do seu estado serológico (VIH, Hepatites)	80%			
22.03	Implementar nos CRI, em articulação com outras entidades, um serviço de atendimento, avaliação e triagem de <b>crianças inseridas em famílias com toxicodependência ou PLA e de jovens em risco ou jovens consumidores de álcool ou drogas</b>	N.º CRI com serviço implementado	6	DR/CRI	X	X
		N.º de protocolos estabelecidos com organismos e entidades que intervêm na área dos PLA nos jovens	3			
22.04	Implementar a nível nacional a figura de <b>Gestor de Cuidados/Terapeuta de Referência</b>	N.º de ET com Gestor de Cuidados / N.º de ET	90%	DR/NAT; CRI/UD Centro das Taipas; UA	X	X

### 23. Objectivo operacional

Implementar ou melhorar **programas específicos que contemplem substâncias psico-activas ilícitas e lícitas** (incluindo álcool, tabaco e medicamentos) e outras, assim como grupos vulneráveis ou de risco.

23.01	Preparação de <b>programas de formação</b> que dotem os técnicos do IDT,I.P. de competências para implementarem programas e projectos específicos em <b>álcool, tabaco e abuso de medicamentos</b>	N.º de programas de formação preparados	1	DTR/NT; DR/NAT; CRI/ET	X	X
		N.º de técnicos dotados de competências	60			

### III –Resultado a atingir

*Implementar um processo de melhoria contínua da qualidade a nível de todos os programas e intervenções terapêuticas.*

### 24. Objectivo operacional

Elaborar e aperfeiçoar **linhas de orientação** técnicas ou técnico-normativas para os diversos tipos de intervenção, incluindo os protocolos de articulação e integração.

24.01	Finalizar e <b>divulgar linhas orientadoras</b> para <b>tratamento precoce de jovens em risco e de consumidores adolescentes</b> com enfoque nos sintomas precoces, físicos e psíquicos	Documento de linhas orientadoras	1	DTR/NT; DR	X	X
24.02	Finalizar e <b>divulgar linhas orientadoras</b> para o acompanhamento de <b>grávidas e puérperas</b>	Documento de linhas orientadoras	1			
24.03	Finalizar e <b>divulgar linhas orientadoras</b> para o acompanhamento de <b>crianças filhas ou familiares de toxicodependentes</b>	Documento de linhas orientadoras	1	DTR/NT/NR; DR	X	X

### 25. Objectivo operacional

Promover a avaliação rigorosa e sistemática dos diversos tipos de **programas e de cuidados implementados na óptica de satisfação do utente**, permitindo no futuro a sua acreditação.

25.01	<b>Monitorizar</b> regularmente o cumprimento das <b>metas estabelecidas em plano de actividades</b> para as unidades de tratamento Monitorizar e avaliar diferentes <b>programas de tratamento</b> públicos e convencionados em internamento e ambulatório	Documento de monitorização	1	DTR/NT; DR	X	X
		Estudo sobre proporção de altas clínicas	1	DTR/NT; DMFRI/NE ; DR/NAT; CRI	X	X
		Estudo sobre taxas de retenção de utentes	1			
		Relatório sobre taxas de abstinência	1			

### 26. Objectivo operacional

Garantir a adequada **formação aos intervenores do vector tratamento**, quer se trate de elementos internos (IDT,I.P.) ou externos.

26.01	Implementar acções de formação a <b>Médicos de Família e Clínica Geral</b> envolvendo-os no processo de <b>tratamento do utente com PLA</b> , no apoio às famílias e na sinalização/encaminhamento para estruturas diferenciadas	N.º acções efectuadas	1	DTR/NT; DMFRI; UA	X	X
26.02	Implementar acções de <b>formação e supervisão</b> para técnicos	N.º acções efectuadas	1	DTR/NT; DIC; NAT; CRI	X	X



## Reinserção

A população consumidora de substâncias psicoactivas que recorre aos serviços do IDT,I.P. apresenta, por norma, défices de integração social mais ou menos acentuados, carecendo de medidas de inserção concertadas, direccionadas para cada caso em particular. Neste sentido, toda a intervenção no âmbito da reinserção desenvolve-se em torno do balanço dos recursos individuais e respectivo diagnóstico social, delineando, a partir daí, o plano individual de inserção, participado, negociado e contratualizado, reconhecendo-se o direito de cada utente a escolher e a decidir sobre o seu futuro.

Para que se garanta a eficiência e eficácia na intervenção e uma abordagem integrada aos indivíduos, com problemas associados ao consumo de substâncias psicoactivas, assim como uma maior aproximação e uniformização das práticas dos serviços do IDT,I.P., a nível nacional, uma das prioridades para 2009 traduz-se na sistematização, estabilização e disseminação de um modelo orientador de intervenção, no âmbito da reinserção, que contemple a figura do *gestor de caso*, a *abordagem familiar* e o *acompanhamento integrado do utente*.

De forma a enquadrar, dar consistência e sequência às mudanças operadas a nível individual e familiar, o IDT,I.P. coloca um enfoque particular na necessidade de preparar os sistemas sociais, as instituições, para constituam parte da solução. Os processos de reinserção requerem uma intervenção integrada centrada no cidadão e uma coordenação e participação activa das instituições do território, com responsabilidades nas diferentes áreas sociais, na formação e no emprego, na saúde.

As actividades previstas no âmbito do *meio laboral*, e que se traduzem na sistematização de um conjunto de linhas orientadoras para a dinamização de intervenções neste contexto, configuram uma necessidade há muito identificada e que integra o presente Plano.

Por força do elevado estigma social associado à população utilizadora de substâncias psicoactivas, em particular as ilícitas, o IDT,I.P. irá continuar a orientar a sua acção no sentido de implicar os parceiros institucionais e não institucionais na procura de respostas integradas, que vão ao encontro das necessidades dos utentes, desmontando os mitos e estereótipos associados ao fatalismo do fenómeno das dependências. Importa que as estruturas da comunidade, se sintam confiantes para trabalhar em parceria com o IDT,I.P. e reconheçam a importância do papel que desempenham nos percursos dos utentes.

A criação de pontes e desenvolvimento de estratégias de articulação sistemática com os parceiros, continuará a merecer especial atenção por parte do IDT,I.P.. Pretende-se potenciar os acordos e protocolos já firmados, adaptar e melhorar a qualidade dos recursos e respostas em funcionamento, para que respondam de uma forma efectiva às reais necessidades de todos os utentes do IDT,I.P..

O Programa Vida Emprego – PVE continua a constituir uma referência enquanto recurso na área do emprego protegido, fundamental para uma franja dos utentes do IDT,I.P..

Em 2008 o IDT,I.P. assumiu a internalização da função *mediação para a formação e o emprego* do PVE, e pretende que 2009 seja um ano de consolidação desta metodologia, no âmbito das funções das equipas de reinserção. Simultaneamente, e em conjunto com o IEF, pretende-se potenciar, enquanto recurso de reinserção, o acesso dos utentes em reabilitação às medidas gerais de emprego e formação, que o IEF disponibiliza à população em geral.

Para 2009 também se pretende estabilizar os procedimentos de acompanhamento, monitorização e avaliação das actividades e intervenções da área de missão da Reinserção no IDT,I.P., estabilizando o sistema implementado pelo Núcleo de Reinserção, em 2008.

## I – Resultado a atingir

*Garantir a abrangência e a transversabilidade dos recursos institucionais/não-institucionais da Reinserção nas várias áreas de vida do cidadão, de forma a facilitar o desenvolvimento de projectos de vida sustentados*

**27. Objectivo operacional** Assegurar a existência de condições que promovam a **autonomia e o exercício da cidadania**.

N.º de ordem	Acções / Actividades	Indicadores	MET A 2009	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável (eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
27.01	Estabelecimento de <b>parcerias</b> que facilitem o <b>acesso a respostas de formação académica, profissional e emprego</b>	N.º de Parcerias estabelecidas <sup>12</sup>	10	DTR/NR; DR/CRI;CT;UA	X	X
		Proposta de alargamento de respostas aos utentes com PLA	1	DTR/NR		
		Relatório crítico sobre o impacto desta acção nos utentes com PLA	1			
27.02	Consolidação da internalização da <b>função mediação</b> no IDT, I.P.	N.º de serviços com a função de mediação internalizada	80%	DTR/NR; DR/CRI; CT	X	
27.03	Criação e consolidação dos <b>canais de comunicação</b> e de articulação entre o IDT, I.P., os Centros de Emprego e os Centros de Formação	Documentos orientadores produzidos	2	DTR/NR	X	X
27.04	Criação e consolidação da articulação entre as DR do IEFEP e do IDT,I.P. com vista ao <b>Planeamento, Acompanhamento e Avaliação do Programa Vida Emprego</b> ao nível regional	Reuniões conjuntas IEFEP/IDT,I.P. a nível regional	10 <sup>13</sup>	DR	X	
27.05	Acompanhamento e monitorização do desenvolvimento do PVE	Reuniões do Secretariado Técnico realizadas para a produção e implementação das orientações no âmbito do PVE	4	DTR/NR	X	
		N.º de indivíduos integrados em medidas do PVE	1000	CRI; CT		
		Reuniões Nacionais do PVE realizadas com produção de orientações	2	DTR/NR		
27.06	Implementação da <b>Bolsa de Empregadores</b>	Manual de utilização da Bolsa de Empregadores produzido	1	DTR/NR	X	X
		N.º de serviços a utilizar a Bolsa <sup>14</sup>	50%	CRI;CT;UA		
27.07	Estabelecimento de parcerias com entidades promotoras de respostas habitacionais	N.º de Parcerias estabelecidas <sup>15</sup>	5	DR/CRI; CT/UA	X	X

<sup>12</sup> Este indicador refere-se a parcerias formais e informais.

<sup>13</sup> As DR devem reunir pelo menos 2 vezes no ano com as DR do IEFEP para planear e avaliar o executado.

<sup>14</sup> Entende-se por utilização da bolsa a introdução de novos empregadores na mesma.

<sup>15</sup> Este indicador refere-se a parcerias formais e informais.

## REINserção

N.º de ordem	Acções / Actividades	Indicadores	MET A 2009	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável (eis)	Ref.º Planos de Acção	
					Droga	Álcool
27.08	Dinamização de intervenções sócio-terapêuticas dirigidas aos utentes e familiares <sup>16</sup>	N.º de serviços com grupos de treino de aptidões sociais em funcionamento	15	DTR/NR; DR/CRI; CT/UA	X	X
		N.º de serviços com grupos de treino de aptidões sociais em funcionamento, com supervisão	5			
		N.º de serviços com outras intervenções sócio-terapêuticas em funcionamento, dirigidas aos utentes	12			
		N.º de serviços com outras intervenções sócio-terapêuticas em funcionamento, dirigidas às famílias	12			

## II – Resultado a atingir

*Potenciar a reinserção enquanto processo global, implicando todos os actores na óptica da abordagem e das respostas integradas, através de uma gestão participada e efectiva.*

## 28. Objectivo operacional Garantir a eficiência e a eficácia das respostas disponíveis.

28.01	Discussão e divulgação das <b>competências das equipas de reinserção dos CRI</b>	Reuniões regionais realizadas para a discussão das competências	5	DTR/NR; DR/CRI	X	
		Documentos orientadores produzidos	1	DTR/NR		
28.02	Discussão e divulgação do <b>modelo de intervenção</b> para a área da reinserção	Grupo de Trabalho	1	DTR/NR; DR/CRI; CT/UA	X	X
		Reuniões regionais realizadas para a discussão do modelo de intervenção	5			
		N.º de serviços que implementaram o modelo <sup>17</sup>	50%			
		Documentos orientadores produzidos	1			
28.03	Criação de <b>instrumentos de apoio à implementação do modelo</b> de intervenção, nomeadamente os Planos Individuais de Inserção	Ficha de Plano Individual de Inserção (PII) produzida	1	DTR/NR	X	X
		Manual de implementação e contratualização dos PII	1			
28.04	Dinamização de <b>encontros técnicos</b> para discussão e aprofundamento das questões ligadas à reinserção das pessoas com <b>PLA</b>	N.º de encontros realizados	1	DTR/NR; DR/CRI; CT; UA		X
		Relatório de avaliação produzido	1			
28.05	Divulgação e apoio a <b>associações ou grupos de doentes com PLA tratados ou em tratamento</b> , enquanto organizações da sociedade civil que promovem a motivação e a reabilitação dos seus pares	N.º de associações ou grupos com apoio/N.º de associações ou grupos que solicitam apoio	50%	CRI; CT; UA		X
		N.º de serviços que divulgam informação sobre os grupos de auto-ajuda e inter-ajuda;	50%			

<sup>16</sup> Entende-se por intervenções sócio-terapêuticas aquelas que visam o desenvolvimento pessoal e a preparação dos indivíduos para a interacção com o meio.

<sup>17</sup> Considera-se que o serviço implementa o modelo se utiliza a Ficha de Plano Individual de Inserção.



28.06	Participação na elaboração dos <b>guiões técnico-normativos</b> para o funcionamento dos apartamentos de reinserção social	Reuniões conjuntas realizadas para a elaboração e adaptação do guião técnico-normativo para os Apartamentos de Reinserção	2	DTR/NR/NT	X	X
		Guião técnico-normativo	1			
28.07	Promoção da criação de <b>novas respostas</b> dirigidas em particular à população sem abrigo ou com elevada desinserção, mediante: ▪ Coordenação do Grupo de Trabalho constituído para a elaboração do modelo conceptual de intervenção para as Unidades Residenciais de Longa Duração (URLD) ▪ Elaboração do modelo conceptual de intervenção para as Unidades Residenciais de Longa Duração	N.º de Reuniões do Grupo de Trabalho para as URLD	4	DTR/NR/NT; DIC/NRD	X	X
		Relatório produzido, com apresentação do modelo conceptual para o funcionamento das URLD	1			
28.08	Participação na avaliação do funcionamento dos <b>apartamentos de reinserção social</b>	N.º de reuniões conjuntas realizadas	2	DTR/NR	X	
		Instrumentos de avaliação produzidos	1			
		N.º de visitas realizadas aos equipamentos	5			
		Relatórios da monitorização e avaliação do funcionamento dos Apartamentos de Reinserção Social	1			
28.09	Monitorização e avaliação do <b>protocolo de articulação IDT,LP./ISS,LP./SCML</b>	Relatório de monitorização e avaliação do protocolo de articulação	1	DTR/NR	X	
28.10	Participação no Grupo de implementação, monitorização e avaliação da Estratégia Nacional para a Integração de <b>Pessoas Sem Abrigo</b> : ▪ Apresentação da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo; ▪ Divulgação do conceito de Pessoa Sem Abrigo	N.º Documentos orientadores produzidos	1	DTR/NR DIC/NRD	X	X
		N.º de participações na Comissão de Acompanhamento Alargada da Estratégia nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo	5			
		N.º de participações no Núcleo Executivo da Estratégia nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo	10			
28.11	Realização de <b>Encontros Internos</b> de monitorização e avaliação do Plano de Actividades do IDT, I.P. a nível nacional, regional e local	N.º de Encontros internos realizados	83 <sup>18</sup>	DTR/NR; DR/CRI; CT;UA	X	X
28.12	Alargamento do âmbito dos protocolos de articulação em que o IDT, I.P. é parceiro e que contribuem para a <b>melhoria do acesso dos utentes com PLA às respostas existentes</b>	N.º de protocolos e de práticas de articulação adaptados	1			

## 29. Objectivo operacional Promover a responsabilidade dos Sistemas Sociais na promoção de respostas de reinserção e prevenção da desinserção.

29.01	Definição de <b>linhas orientadoras</b> para a promoção de intervenções no âmbito do uso/abuso de substâncias psicoactivas em <b>meio laboral</b>	Documento orientador produzido	1	DTR/NR; DIC/NP	X	X
-------	---	--------------------------------	---	-------------------	---	---

<sup>18</sup> Esta meta prevê a realização de 5 encontros nacionais, três encontros regionais por Delegação Regional e três encontros por CRI (excepto CRI de Faro).

**REINserção**

N.º de ordem	Acções / Actividades	Indicadores	META 2009	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável (eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
29.02	Dinamização de intervenções <b>em meio laboral</b> , que concorram para reinserção e prevenção da desinserção	N.º de projectos conjuntos com a CGTP no âmbito do EURIDICE	1	DTR/NR; DR/CRI; UA	X	X
		N.º de entidades empregadoras abrangidas	3			
		Respostas a pedidos de apoio técnico de entidades empregadoras ao IDT, I.P.	50%			
29.03	Análise e <b>selecção de candidaturas para atribuição de apoio financeiro</b> a entidades privadas sem fins lucrativos	N.º de projectos apoiados	1	DTR/NR; DIC/NRD	X	
29.04	Construção de um <b>sistema de acompanhamento e avaliação de projectos</b> de intervenção em reinserção	N.º de documentos orientadores de avaliação produzidos	1	DTR/NR DIC/NRD	X	
29.05	Avaliação do Projecto “ <b>Formação para a Inclusão</b> ” no âmbito do POPH, desenvolvido pela DR Algarve	Relatório de Avaliação	1	DR Algarve	X	
29.06	Participação na implementação do <b>PORI</b> com as outras áreas de missão	<b>VER PORI</b> - Itens referentes à Reinserção			X	

**III – Resultado a atingir**

*Implementar o processo de melhoria contínua da qualidade em reinserção.*

**30. Objectivo operacional** Promover o acompanhamento, monitorização e avaliação das intervenções regionais e locais no âmbito da reinserção.

30.01	Adaptação do <b>instrumento de monitorização</b> para recolha de dados relativos aos resultados das intervenções e do <b>Plano de Actividades</b>	N.º de instrumentos adoptados	2	DTR/NR	X	X
30.02	Criação de uma <b>aplicação informática</b> que possibilite a recolha electrónica dos dados relativos aos resultados das intervenções e do <b>Plano de Actividades</b>	Fichas de monitorização <i>online</i>	2	DTR/NR; DMFRI/NI	X	X
30.03	Monitorização e <b>avaliação continuada das intervenções</b> e do Plano de Actividades	Relatório de avaliação a nível nacional	1	DTR/NR	X	X

**31. Objectivo operacional** Dotar os actores dos sistemas sociais de conhecimentos e competências no âmbito da intervenção em reinserção e prevenção da desinserção.

31.01	Dinamização de <b>acções de formação para técnicos da área de Reinserção</b> , tendo em vista a consolidação da metodologia de intervenção associada ao PVE	N.º de intervenções formativas realizadas	5	DTR/NR; DR/CRI/CT	X	
		N.º de técnicos abrangidos	60			
31.02	Participação na <b>construção de um referencial de formação técnica</b> para a implementação da Estratégia Nacional para a Integração da <b>Pessoa Sem-Abrigo</b>	Proposta para Referencial de Formação	1	DTR/NR; DIC/NRD	X	X
31.03	Promoção de <b>outras intervenções formativas</b> na área da reinserção	N.º de intervenções formativas	3	DTR/NR; DR/CRI; CT;UA	X	X
		N.º de técnicos abrangidos	35			
		N.º entidades envolvidas	1			

## Coordenação

O Presidente do Conselho Directivo do IDT,I.P. é, por inerência, o Coordenador Nacional do Combate à Droga e à Toxicodependência. A área transversal da Coordenação assegura a implementação e o acompanhamento da política nacional em matéria de drogas e toxicodependências na directa dependência do Coordenador Nacional.

Em 2009 inicia-se um novo ciclo do PNCDT. No seguimento da apresentação, em Dezembro de 2008, do relatório preliminar da avaliação interna do Plano de Acção - Horizonte 2008 (PAH2008), foi introduzida uma reorientação estratégica nos objectivos operacionais desta área de apoio à estrutura de coordenação, com a incorporação das recomendações produzidas no decurso da avaliação interna em sede da Comissão Técnica do Conselho Interministerial do Combate à Droga e à Toxicodependência (CTCICDT) e do Conselho Nacional de Combate à Droga e à Toxicodependência (CNCDT).

O processo de acompanhamento e avaliação do Plano de Acção – Horizonte 2008 evidenciou a necessidade de reestruturar as subcomissões da área de missão da redução da procura, conferindo-lhes maior integração, bem como a de criar uma subcomissão especializada na recolha dos encargos financeiros directos e indirectos do Plano Nacional.

Com vista a potenciar as acções inscritas no Plano de Acção Contra a Droga e as Toxicodependências 2009-2012 e conferir-lhes mais sinergias, a partir de 2009 desenvolver-se-ão iniciativas de molde a que a intervenção dos Municípios seja reforçada e que a intervenção das Regiões Autónomas complete a intervenção e complemente o conhecimento e as boas práticas feita a nível nacional.

Ao nível da gestão e coordenação interna da actividade do IDT,I.P. em 2009 dar-se-á continuidade à optimização dos recursos, humanos, financeiros e tecnológicos, que possibilitem um desempenho de qualidade em todas as unidades orgânicas, com reflexos positivos no trabalho de terreno e nas populações-alvo que são o objectivo primeiro a que este Instituto se destina.

**I – Resultado a atingir**

*Assegurar a efectiva implementação das estruturas de coordenação do combate à droga e à toxicodependência.*

**32. Objectivo operacional**    **Coordenar as acções de todos os organismos com competências de intervenção na área das drogas e das toxicodependências.**

N.º de ordem	Acções / Actividades	Indicadores	META 2009	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável (eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
32.01	Assegurar a representatividade e o <b>apoio</b> efectivo às actividades das <b>Subcomissões da CTCICDT</b>	Assegurar a representação dos organismos que compõem as Subcomissões e a produção de resultados dentro dos prazos determinados pela CTCICDT	NQ	ACD; DIC; DTR; DMFRI; GAD; DPAG	X	
32.02	Assegurar a <b>coordenação das actividades das Subcomissões</b> , da CTCICDT e do CNCDT e editar os respectivos contributos com vista à apresentação da proposta de Plano de Acção Contra a Droga e as Toxicodependências 2009-2012 ao Conselho Interministerial do Combate à Droga e à Toxicodependência	Apresentação da proposta de PACDT 2009-2012 ao CICDT	1	ACD	X	
32.03	Criação de uma <b>Subcomissão sobre Despesas Públicas</b> em matéria de Combate à Droga e Toxicodependência	Apresentação de proposta de criação da Subcomissão Despesas Públicas	1	CN, ACD, DPAG	X	X
32.04	Promover a <b>reformulação das Subcomissões</b>	Apresentação de proposta sobre a reformulação das Subcomissões	1	ACD; DIC; DTR; DMFRI; GAD; DPAG	X	

**33. Objectivo operacional**    **Mobilizar a participação da sociedade civil no Conselho Nacional de Combate à Droga e à Toxicodependência (CNCDT).**

33.01	Assegurar <b>participação dos representantes no CNCDT</b> e em acções e iniciativas nele originadas	N.º de representantes no CNCDT/N.º de participantes nas reuniões do CNCDT N.º de iniciativas organizadas pelo CNCDT/N.º de participantes no CNCDT	3	ACD; DIC; DTR; DMFRI; GAD	X	
33.02	Assegurar a <b>intervenção dos Municípios</b>	Apresentação de proposta de intervenção dos Municípios no PACDT 2009-2012	1		X	
33.03	Assegurar que a intervenção nas <b>Regiões Autónomas</b> complemente/incorpore a intervenção feita a nível nacional	Desenvolver iniciativas com as Regiões Autónomas de molde a complementar a intervenção feita a nível nacional	NQ		X	

## II – Resultado a atingir

*Assegurar a gestão por objectivos e a melhoria contínua da actividade do IDT,I.P..*

### 34. Objectivo operacional Melhorar o desenvolvimento e acompanhamento dos processos internos.

34.01	Melhorar a infra-estrutura da <b>Rede Nacional de Telecomunicações</b> , dotando-as de um serviço de qualidade de dados e voz	N.º de Instalações de circuitos dedicados em Equipas de Tratamento	100%	DPAG/Ni; DR		
34.02	Consolidar e garantir a efectiva utilização do novo <b>Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM)</b> . (OE3)	N.º de Unidades de Tratamento Ambulatório a utilizar o SIM, até final de Dezembro	95%			
		% de utilizadores do SIM com formação até final de Dezembro	90%			
34.03	Melhorar a componente de <b>infra-estrutura computacional</b> adoptando medidas que visem a sua actualização tecnológica com padrões adequados de segurança, de alto desempenho e de redução de custos	N.º de medidas criadas	2	DPAG/Ni		
34.04	Executar o plano de renovação do <b>parque informático</b> do IDT,I.P.	N.º de computadores substituídos nas CDT / N.º de computadores obsoletos nas CDT	80%	DPAG/Ni; DR		
34.05	Consolidação dos <b>sistemas aplicativos</b> da instituição que suportam a área administrativa do IDT,I.P.	N.º de sistemas a consolidar	2	DPAG/Ni/ NGEF		
34.06	Levantamento dos processos a implementação do <b>Portal Interno do IDT,I.P.</b> para agilizar os processos internos da instituição	N.º de Departamentos / Núcleos envolvidos	4	DPAG/Ni		
		N.º de DR envolvidas	5	DPAG/Ni;		
34.07	Criar mecanismos automáticos para a <b>gestão do parque informático</b> (computadores e servidores) e para os pedidos de apoio dos utilizadores	N.º de mecanismos criados	1	DR		
		N.º servidores abrangidos / N.º servidores existentes	50%			
		N.º de Delegações Regionais / N.º total de DR	5			
34.08	Assegurar a eficiente <b>afectação dos recursos financeiros do orçamento anual</b> do Instituto e elaboração de diagnósticos financeiros	Apresentação de documentos trimestrais	4	DPAG/NGEF		
34.09	Elaborar o <b>Plano Anual de Compras (PAC)</b>	Apresentação do Plano	1			
34.10	Assegurar o <b>financiamento das actividades</b> do IDT,I.P.: ▪ Elaboração mensal do Plano Tesouraria a nível nacional	Apresentação de documentos mensais	12			
34.11	Reduzir a <b>despesa global das grandes rubricas de funcionamento</b> afectas ao orçamento do IDT, I.P.: ▪ Lançar procedimentos concursais a nível nacional para aquisição de bens e serviços	N.º de concursos a nível nacional	8	DPAG/NGEF;		
		N.º de procedimentos concursais através da Agência Nacional de Compras/Unidade de Compras Ministeriais	2	DR		
34.12	<b>Aumento da cobrança de receitas próprias</b> , previstas na nova Lei Orgânica, assegurando o financiamento das actividades do IDT,I.P.: ▪ Facturação das prestações de serviços de saúde prestados aos beneficiários do SNS ▪ Facturação aos subsistemas dos encargos com os seus beneficiários relativamente aos cuidados de saúde prestados no âmbito do sistema de apoios ao tratamento e reinserção social de toxicod dependentes, quando prestados por instituições privadas, com ou sem fins lucrativos	Produção de <i>Draft</i> do protocolo com a ACSS	1	DPAG/NGEF		
		Produção de <i>Draft</i> do protocolo a submeter a despacho conjunto dos Ministros da Saúde, Adjunto do Primeiro-Ministro e daquele de quem dependa o subsistema	1			

## COORDENAÇÃO

N.º de ordem	Acções / Actividades	Indicadores	META 2009	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável (e)s	Ref.º Planos de Acção	
					Droga	Álcool
34.13	Elaboração da <b>Conta de Gerência</b>	Apresentação de documento	1			
34.14	Actualização do <b>Manual de Normas e Procedimentos Internos do DPAG</b>	N.º de actualizações ao manual	4	DPAG		
34.15	Elaboração do <b>Balanço Social</b>	Apresentação de documento	1	DPAG		
34.16	Elaboração dos <b>Regulamentos de Pessoal</b>	Apresentação de documentos	2	DPAG/NGRH		
34.17	Proceder ao <b>recrutamento de profissionais</b> para lugares vagos aprovados nos mapas de pessoal	N.º de procedimentos de recrutamento	6	DPAG/NGRH DR		
34.18	Manter actualizada uma Base de Dados de tratamento de reclamações, no âmbito do <b>Livro Amarelo</b>	Apresentação de relatório trimestral	4	DPAG/NGRH		
34.19	Aplicar o novo Sistema de Avaliação do Desempenho na Administração Pública ( <b>SIADAP 2 e SIADAP 3</b> )	N.º de profissionais avaliados em 2008 / N.º de profissionais passíveis de avaliação em 2008	100%	SC;DR; DPAG/NGP		
		N.º de profissionais com objectivos contratualizados para 2009 / N.º de profissionais passíveis de avaliação em 2009	100%			
		Elaboração de relatório de 2008	1	DPAG/NGP		
34.20	Elaboração do Quadro de Avaliação e Responsabilização - <b>QUAR 2010</b>	Elaboração do QUAR	1	CD; SC; DR; DPAG/NGP		
		Monitorização do QUAR	3			
34.21	Elaborar o <b>Relatório de Actividades</b> do IDT,I.P. 2008  Elaborar o <b>Plano de Actividades</b> do IDT,I.P. 2010	Apresentação dos documentos às entidades legais	2	SC; DR; DPAG/NGP		

## Cooperação Internacional

O IDT,I.P. tem implementado a sua estratégia e intervenção em matéria de luta contra a droga e a toxicodependência seguindo as orientações e os princípios internacionais, designadamente a Estratégia da União Europeia contra a Droga para o período 2005-2012 e os respectivos Plano de Acção da União Europeia em matéria de luta contra a Droga (2005-2008 e 2009-2012), bem como os tratados internacionais relativos ao controlo das drogas<sup>19</sup>.

Dez anos após a Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Drogas, e tal como estipulado na Declaração Política na altura adoptada, procedeu-se em 2008 à avaliação dos progressos alcançados na implementação dos objectivos e metas estabelecidos em 1998. A esta avaliação seguiu-se um período de reflexão com o objectivo de identificar os elementos que deverão orientar a política futura das Nações Unidas em matéria de drogas. O ano de 2009 será marcado pela realização de um Segmento de Alto Nível da Comissão de Estupefacientes, que se espera adopte uma Declaração Política e as medidas futuras a desenvolver em matéria de luta contra a droga. O IDT,I.P. tem acompanhado todo este processo e participará no referido Segmento de Alto Nível.

Em 2009 será dada especial atenção à evolução internacional em matéria de álcool, designadamente no âmbito da OMS, uma vez que o seu Director-Executivo foi mandatado para preparar uma proposta de estratégia global para reduzir os efeitos nocivos do consumo de álcool, que será apresentada à Assembleia Mundial da Saúde em 2010. O IDT,I.P. continuará a acompanhar as iniciativas da OMS em matéria de álcool, bem como todo o trabalho desenvolvido no quadro da União Europeia, com particular destaque para o Comité de Política Nacional e Acção sobre o Álcool e o Fórum Europeu sobre Álcool e Saúde.

De referir ainda, que em 2009, o IDT,I.P. organizará a 52ª Conferência da ICAA (*International Council on Alcohol and Addictions* – Conselho Internacional sobre o Álcool e Dependências), uma organização não governamental, independente e sem fins lucrativos que se dedica à prevenção e redução dos efeitos nocivos do consumo de álcool, tabaco e outras drogas, bem como dos comportamentos aditivos. A ICAA promove de forma independente e apolítica a troca de experiências inovadoras e de práticas baseadas na evidência científica. A Conferência Internacional da ICAA reúne peritos, sociedade civil e representantes do poder político, constituindo uma plataforma única para discussão dos problemas das dependências em todo o mundo.

<sup>19</sup> Convenção Única de 1961 sobre os Estupefacientes; Convenção de 1971 sobre as Substâncias Psicotrópicas e Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas de 1988.



**I – Resultado a atingir**

*Aumentar a capacidade de influenciar as decisões tomadas nas diversas instâncias regionais e internacionais de cooperação, melhorando assim a eficácia da intervenção nacional.*

**35. Objectivo operacional** Criar condições que favoreçam a **convergência de posições entre os diferentes Ministérios/Serviços** com responsabilidades de intervenção na área das drogas e das toxicodependências.

N.º de ordem	Acções / Actividades	Indicadores	META 2009	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável (eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
35.01	Coordenação entre os diferentes Ministérios/Serviços de modo a permitir uma acção articulada na defesa das posições nacionais	Ministérios/Serviços contactados	4	DMFRI/NRI	X	

**36. Objectivo operacional** Identificar novos **Acordos Bilaterais**, que incluam a luta contra a droga e a toxicodependência.

36.01	Actualização da lista dos <b>Acordos Bilaterais</b> existentes	Actualizações anuais	1	DMFRI/NRI	X	
-------	--	----------------------	---	-----------	---	--

**37. Objectivo operacional** Centralizar a **informação** sobre os projectos na área da droga e da toxicodependência.

37.01	Actualização da <b>informação da base de dados</b>	Actualizações anuais	1	DMFRI/NRI	X	
37.02	Fomentar a <b>qualidade da informação divulgada</b> , numa perspectiva de serviço público aberto à promoção da saúde e da cidadania	N.º de pedidos de informação do ACS sobre assuntos internacionais, respondidos dentro do prazo	75%		X	X

**II- Resultado a atingir**

*Fortalecer a participação de Portugal nos fora internacionais que abordam o fenómeno das drogas*

**38. Objectivo operacional** Criar condições que favoreçam a **convergência de posições entre os diferentes Ministérios/Serviços** com responsabilidades de intervenção na área das drogas e das toxicodependências.

38.01	Participação nas reuniões do <b>Grupo Horizontal Drogas</b>	Participação em todas as reuniões	10	DMFRI/NRI	X	
38.02	Participação nas Conferências promovidas pela <b>Presidência da U.E em exercício</b>	N.º de presenças	2		X	
38.03	Participação nas reuniões de <b>Coordenadores Nacionais de Droga</b>	N.º de presenças	2	PRES; DMFRI/NRI	X	
38.04	Participação nas reuniões do Comité de Política Nacional e Acção sobre o <b>Álcool (CPNAL)</b>	N.º de presenças	2	CD; DMFRI/NRI		X
38.05	Participação nas Reuniões Plenárias do <b>Fórum Europeu sobre Álcool e Saúde</b>	N.º de presenças	1			X
38.06	Acompanhamento dos trabalhos da <b>OMS sobre o álcool</b>	N.º de pareceres solicitados / N.º pareceres enviados	100%		X	X



**39. Objectivo operacional** Promover a presença de Portugal nos *fora* internacionais, designadamente no contexto das **Nações Unidas e da OMS**.

39.01	Participação no Segmento de Alto Nível da <b>Comissão de Estupefacientes</b>	N.º de presenças	2	PRES;	X	
39.02	Participação na Comissão de Estupefacientes das <b>Nações Unidas</b>	N.º de presenças	2	DMFRI/NRI	X	
39.03	Dar resposta aos pedidos de esclarecimento do <b>OICE</b>	N.º de respostas enviadas / N.º de esclarecimentos solicitados	100%	DMFRI/NRI	X	

**40. Objectivo operacional** Manter o nível de participação no **Grupo Pompidou do Conselho da Europa**.

40.01	Participação nas reuniões de <b>Correspondentes Permanentes</b>	N.º de presenças	2	ACD; DMFRI/NRI	X	
40.02	Manter o nível e qualidade da participação nas <b>Plataformas e Grupos de Trabalho</b>	N.º de presenças	6	ACD; DIC; DMFRI; DTR; DRC	X	
40.03	Coordenar a participação em actividades organizadas sob a <b>égide do Grupo Pompidou</b>	N.º de participações	3	ACD; DMFRI/NRI	X	

**41. Objectivo operacional** Assegurar o cumprimento das obrigações do Estado português junto do **OEDT**, actuando como interlocutor privilegiado enquanto país anfitrião desta Agência Europeia e participando nas suas actividades e programas.

41.01	Promover a <b>articulação entre o OEDT e o Estado português</b>	N.º de contactos / N.º de solicitações de apoio	100%	DMFRI/NRI	X	
41.02	Implementar os Acordos anuais de <b>Subvenção Reitox em curso</b>	Relatórios anuais de implementação e <i>feed-back</i> N.º de tarefas cumpridas / N.º de tarefas solicitadas	3 100%			

### III- Resultado a atingir

*Desenvolver as relações de cooperação em matéria de luta contra a droga, no âmbito dos mecanismos multilaterais e bilaterais existentes*

**42. Objectivo operacional** Promover o desenvolvimento da cooperação com as estruturas da redução da procura de outros países, nomeadamente da **U.E.**

42.01	Organização da 52ª Conferência da <b>ICAA</b> (International Council on Alcohol and Addictions)	Realização da Conferência	1	DMFRI/NRI; DIC/NAI	X	
42.02	Facilitar a <b>mobilidade de toxicodependentes em tratamento</b>	N.º de encaminhamentos feitos / N.º de encaminhamentos solicitados	100%	DTR; DMFRI/NRI	X	
42.03	Participar em <b>projectos de intervenção transfronteiriços</b>	N.º de projectos N.º de parcerias	3	DMFRI/NRI; DRN, DRC, DR Alentejo e DR Algarve	X	

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

**43. Objectivo operacional** Reforçar as relações de **colaboração/cooperação com os PALOP**, promovendo o desenvolvimento de uma política no âmbito da luta contra a droga e a toxicodependência, designadamente no quadro da CPLP.

N.º de ordem	Acções / Actividades	Indicadores	META 2009	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável (eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
43.01	Promover a ratificação e entrada em vigor do <b>Acordo</b> com as Comunidades dos Países de Língua Portuguesa ( <b>CPLP</b> ) <b>sobre Drogas</b>	Entrada em vigor do acordo	1	DMFRI/NRI	X	
43.02	Desenvolver iniciativas destinadas a <b>reforçar a cooperação e intercâmbio</b> em matéria de redução da procura	N.º de iniciativas desenvolvidas	1	DMFRI/NRI	X	

**44. Objectivo operacional** Consolidar as relações de **cooperação bilateral com Espanha**, no âmbito do Acordo Bilateral existente, designadamente no que respeita à redução da procura.

44.01	Participação na reunião da Comissão Mista Luso-Espanhola	N.º de presenças	4	PRES; DMFRI/NRI	X	
44.02	Desenvolvimento de <b>parcerias técnico-científicas</b> no âmbito da redução da procura	N.º de parcerias desenvolvidas	2	DIC; DTR; DMFRI/NRI		

**45. Objectivo operacional** Reforçar as relações de colaboração e **cooperação com os países da América Latina e Caraíbas**, no quadro dos Acordos Bilaterais existentes.

45.01	Implementação do <b>Acordo Bilateral Portugal/Brasil</b> , designadamente executando o Termo de Convénio relativo à rede conjunta de investigadores	Implementação da grelha de indicadores do sistema de acompanhamento	1	DMFRI/NRI		X
45.02	Participação no programa de Parcerias entre Cidades da Europa e da América Latina e Caraíbas, promovido pela Comissão Interamericana Para o Controle do Abuso de Drogas ( <b>CICAD</b> )	N.º de participações	2	DMFRI/NRI; DR Centro		

## Informação/Investigação/Formação e Avaliação

---

O apoio às áreas de missão, as actividades inerentes às obrigações de ponto focal do Observatório Europeu, bem como algumas actividades relacionadas com as obrigações de coordenação nacional, constituem as principais vertentes de intervenção nas áreas da Informação, Investigação, Formação e Avaliação.

Considerando que no ano de 2009 o IDT,I.P. aponta como linhas estratégicas fundamentais a consolidação do trabalho desenvolvido e o reforço da qualidade de intervenção, as acções programadas para estas áreas de intervenção procuram reflectir essas orientações.

Neste contexto, apostar-se-á na harmonização de procedimentos, no reforço da articulação intra-departamental, intra-institucional e inter-institucional e no necessário cumprimento dos prazos estabelecidos para elaboração e divulgação dos diferentes documentos estratégicos, assim como na promoção de uma maior visibilidade das actividades desenvolvidas, procurando colocar o IDT,I.P., cada vez mais como instituição de referência inter-pares.

As várias áreas de intervenção do Plano Nacional de Redução dos Problemas Ligados ao Álcool, vão necessariamente produzir um acréscimo significativo de trabalho para estas áreas, uma vez que o envolvimento na execução das acções implica uma importante mobilização de recursos. A articulação com acções decorrentes do Plano de Acção Contra a Droga e as Toxicodependências 2009 - 2012 terá de ser constantemente equacionada por forma a rentabilizar com eficácia o investimento necessário.

**I – Resultado a atingir**

*Contribuir para um maior e melhor conhecimento do fenómeno da droga, do álcool e das toxicodependências e para a melhoria contínua da qualidade da informação, por forma a apoiar a intervenção e a decisão e a contribuir para a melhoria dos resultados obtidos.*

**46. Objectivo operacional** Promover a **coesão intra-departamental** através da partilha de projectos/actividades programadas ou em curso.

N.º de ordem	Acções / Actividades	Indicadores	META 2009	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável (eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
46.01	Promoção de reuniões com dirigentes do DMFRI com periodicidade mensal	Memorando das reuniões	10	DMFRI/NE/NEI/		
46.02	Desenvolvimento de projectos abrangentes com 2 ou mais núcleos	Relatórios de Actividades dos Projectos	6	NPD/NF/NRI		

**47. Objectivo operacional** Incentivar a **criação e a disseminação de programas e respostas no âmbito da promoção da saúde e segurança em contexto laboral**, designadamente a prevenção dos problemas ligados ao álcool.

47.01	Levantamento de <b>práticas em entidades empregadoras nacionais</b> , no que concerne a políticas de prevenção, tratamento e reinserção dos PLA no local de trabalho, com reconhecimento de empresas com boas práticas nesta área					
	▪ Dinamização do grupo de trabalho	N.º Reuniões de trabalho	3	DMFRI; DIC; DTR		
	Definição de uma metodologia de recolha de informação relativamente a políticas de entidades empregadoras no âmbito da saúde e segurança no trabalho	Elaboração e apresentação de propostas pelo grupo de trabalho	1			X
	Elaboração e divulgação de linhas orientadoras para o desenvolvimento de programas integradas para os PLA (da prevenção à reinserção)	Elaboração de proposta de linhas orientadoras	1			X

**48. Objectivo operacional** Alargar, consolidar e otimizar o **Sistema Nacional de Informação sobre Drogas e Toxicodependências (SNIDT)**.

48.01	Exploração dos <b>sistemas de informação</b> relativos aos <b>certificados médicos de óbito das autópsias</b> feitas a nível do INML,I.P.	Relatório sobre os resultados alcançados	1	DMFRI/NE <sup>20</sup>	X	
48.02	Apresentação de proposta ao LPC/PJ para reforço da <b>monitorização da pureza das drogas em diferentes patamares do mercado</b>	Proposta apresentada	1	DMFRI/NE <sup>21</sup>	X	
48.03	Levantamento de <b>informação harmonizada sobre psicopatologias</b> dos utentes a nível das diferentes estruturas de tratamento	Relatório com a informação recolhida nos diferentes serviços – fonte	1	DMFRI/NE;DTR	X	
48.04	Apresentação de proposta à DGSP para implementação de um <b>sistema de informação de rotina sobre os toxicodependentes reclusos</b> ,	Proposta apresentada	1	DMFRI/NE <sup>22</sup>	X	

<sup>20</sup> Em parceria com o INML,I.P.

<sup>21</sup> Em parceria com o LPC/PJ

<sup>22</sup> Em parceria com a DGSP.

	nomeadamente sobre a criminalidade associada à toxicodependência					
48.05	Rentabilização do <b>Sistema Informação Multidisciplinar (SIM)</b> ▪ Actualização das <b>bases de dados</b> e tratamento dos dados relativos a:  - movimento clínico das estruturas do IDT,I.P. - utentes em camas/lugares convencionados (listas nominativas)  - utentes das UD públicas	N.º de registos (estruturas) introduzidos nas bases de dados / N.º de estruturas existentes	100%	DMFRI/NE;DTR DR/CRI;UA		
		Documento c/ apuramento anual dos dados	1			
		N.º de registos (utentes) introduzidos nas bases de dados /N.º de utentes em camas/lugares convencionados	100%	DMFRI/NE; DTR; DR		
		Documento com apuramento anual dos dados	1			
48.06	▪ Activação das <b>novas bases de dados</b> e tratamento dos dados relativos a: - utentes das CT públicas  - utentes dos CD públicos  - utentes das UD públicas  - utentes das CT licenciadas  - utentes dos CD licenciadas	N.º de registos (utentes) introduzidos na base de dados / N.º de utentes nas UD públicas	100%	DMFRI/NE; DTR; DR/UD		
		Documento com apuramento anual dos dados	1			
		N.º de registos (utentes) introduzidos na base de dados / N.º de utentes nas CT públicas	100%	DMFRI/NE; DTR; DR/CT		
		Documento com apuramento anual dos dados	1			
		N.º de registos (utentes) introduzidos na base de dados / N.º de utentes nos CD públicos	100%	DMFRI/NE; DTR; DR/CD		
		Documento com apuramento anual dos dados	1			
		N.º de registos (utentes) introduzidos na base de dados / N.º de utentes nas UD licenciadas	100%	DMFRI/NE; DTR; UD licenciadas		
		Documento com apuramento anual dos dados	1			
		N.º de registos (utentes) introduzidos na base de dados / N.º de utentes nas CT licenciadas	100%	DMFRI/NE; DTR; CT licenciadas		
		Documento com apuramento anual dos dados	1			
		N.º de registos (utentes) introduzidos na base de dados / N.º de utentes nos CD licenciados	100%	DMFRI/NE; DTR; CD licenciados		
		Documento com apuramento anual dos dados	1			
48.07	Recolha, tratamento e divulgação anual de dados caracterizadores da situação nacional (relativos aos indicadores que integram o <b>SNIDT</b> ): ▪ Recolha dos dados ▪ Tratamento/análise dos dados  ▪ Divulgação de informação: - respostas a compromissos nacionais e internacionais  - respostas a solicitações várias	N.º de indicadores com dados recolhidos / N.º de indicadores que integram o SNIDT	100%	DMFRI/NE <sup>23</sup> DR		
		N.º de indicadores com dados analisados/ N.º de indicadores com dados recolhidos	100%	DMFRI/NE		
		Elaboração do <i>Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Drogas e Toxicodependências – 2008</i>	1	DMFRI/NE/ NPD		
		% preenchimento de tabelas do OEDT, Nações Unidas e INFARMED, dentro dos prazos	100%	DMFRI/NRI		
		N.º de respostas / N.º de solicitações	100%	DMFRI/NE		

<sup>23</sup> Em colaboração com diferentes serviços-fonte de dados do SNIDT.

## INFORMAÇÃO/INVESTIGAÇÃO/FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO

**49. Objectivo operacional** Desenvolver documentação metodológica de suporte ao **Sistema Nacional de Informação sobre o Álcool (SNIA)**.

N.º de ordem	Acções / Actividades	Indicadores	META 2009	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável (eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
49.01	Identificação de <b>indicadores-chave</b> em diversas áreas e sua operacionalização, enquanto suporte a um sistema nacional de informação sobre o álcool (SNIA)	Relatório	1	DMFRI/NE ; DIC; DTR; DR/UA		X

**50. Objectivo operacional** Promover a investigação e a optimização dos sistemas de informação de rotina, com vista a **caracterizar o consumo de bebidas alcoólicas e suas consequências**.

50.01	Recolha sistemática de dados dos <b>sistemas de informação</b> de rotina, de acordo com os critérios metodológicos definidos para o SNIA e grupos-alvo prioritários: ▪ criação de uma rede de serviços-fonte ▪ criação e implementação de instrumentos de recolha de dados normalizados	Relatório com identificação dos potenciais serviços-fonte de dados e calendarização da sua integração na rede	1	DMFR /NE; DIC; DTR; DR/UA		X
		N.º de serviços que integram a rede / N.º de serviços previstos de integrar a rede em 2009	100%			
		N.º de instrumentos construídos / N.º instrumentos necessários a nível dos serviços-fonte que integram a rede	100%			
		N.º de instrumentos implementados / N.º de instrumentos construídos	75%			

**51. Objectivo operacional** Promover a divulgação e acesso a **informação objectiva e fiável** na área das drogas e toxicodependências.

51.01	Consolidação, actualização do <b>sítio institucional do IDT,I.P.</b> e inclusão de novos conteúdos à medida que disponíveis, articulando a actualização com o envio de conteúdos para o Portal da Saúde, na óptica do serviço ao cidadão <i>(o sítio inclui os resultados do inquérito de satisfação do sítio)</i>	Relatório anual das actividades, de revisão/actualização e de visitas por tipo de conteúdo	1	DMFRI/NPD	X	X
		Nível de satisfação da informação disponibilizada na página electrónica do IDT,I.P.	2.5			
		N.º de actualizações por departamento/gabinete / N.º de solicitações	100%			
51.02	<b>Gestão e divulgação de informação científica e técnica</b> , com investimento em publicações electrónicas e promoção do acesso a material informativo/formativo	N.º de registos catalogados, indexados e introduzidos na base de dados bibliográficos, videográficos, fotográficos e de imprensa	Mais 1500 Registos	DMFRI/NPD	X	X
51.03	Respostas a <b>solicitações de materiais de prevenção e publicações</b> para acções informativas / formativas	N.º de publicações / brochuras / folhetos distribuídos / N.º de solicitações	100%		X	X
51.04	Apoio à <b>edição de publicações</b> em papel e edição / reedição de publicações electrónicas	N.º de publicações editadas/reeditadas em prazo exequível / N.º de solicitações	100%		X	X
		N.º de exemplares de publicações electrónicas executados em prazo exequível / N.º de exemplares solicitados	100%			

51.05	Elaboração de um <b>Directório de Recursos do Álcool</b>	Levantamento das necessidades e elaboração da grelha de conteúdos	100%	DMFRI/NPD; DIC <sup>24</sup>		X
-------	--	---	------	------------------------------	--	---

**52. Objectivo operacional** Apoiar o desenvolvimento de uma comunidade científica que, com regularidade, realize **investigação na área da droga**, do álcool e das toxicodependências.

52.01	Elaborar um regulamento para <b>selecção de candidaturas</b> à realização de <b>Projectos de Investigação</b> a desenvolver no âmbito deste PA Divulgar a <b>Agenda de Investigação</b> com a indicação dos projectos que serão submetidos a concurso Apoiar o desenvolvimento da <b>Rede de Investigadores sobre Álcool e Drogas (RIAD)</b> da CPLP	Regulamento aprovado	1	DMFRI/NEI	X	X
		Documentação sobre a divulgação da Agenda de Investigação	1			
		Relatórios de Actividades (Anuais)	1			

**53. Objectivo operacional** Monitorizar a evolução, ao longo do tempo, do fenómeno do consumo, em diversas populações.

53.01	Realizar periodicamente estudos epidemiológicos de âmbito nacional e/ou regional, para acompanhamento da evolução das diferentes dimensões do fenómeno, em várias populações:			DMFRI/NEI	X	X
	1. Elaborar relatório Final do INME/2006-3C	Relatório Final	1			
	2. Elaborar relatório Final do INME/2006-Sec	Relatório Final	1			
	3. Elabora Relatório Final do ECATD/2007	Relatório Final	1			
	4. Inquérito Nacional Meio Escolar/2009-3.º Ciclo (INME/09-3C)	Realização da Recolha de Dados	1			
	5. Inquérito Nacional Meio Escolar/2009-Secundário (INME/09-S)	Realização da Recolha de Dados	1			
	6. Inquérito Nacional ao Ensino Superior/2009 (INES/09)	Realização da Recolha de Dados	1	DMFRI/NEI <sup>26</sup>	X	X

**54. Objectivo operacional** Aprofundar o conhecimento sobre diferentes vertentes do fenómeno do consumo.

54.01	Realizar estudos sobre os diversos processos envolvidos na iniciação, desenvolvimento, manutenção e remissão dos diversos tipos de consumo:			DMFRI/NEI	X	
	1. Elaborar Relatório Final dos estudos sobre “Representações Sociais da Toxicodependência e dos Toxicodependentes” na População Geral – Consumidores – <i>Rock in Rio</i> – Técnicos	Relatórios Finais	1			
	2. Elaborar Relatório final dos estudos sobre “Representações Sociais da Lei n.º 30/2000” na População Geral – Consumidores – <i>Rock in Rio</i> – Técnicos	Relatórios Finais	1			
	3. Realizar estudo sobre “O papel dos consumos de substâncias psicoactivas nas culturas juvenis”	Realização da Recolha de Dados	1		X	

<sup>24</sup> Em parceria com outras entidades externas

<sup>25</sup> Em parceria com DGIDC/ME

<sup>26</sup> Em parceria com GIES e DGES/MC

## INFORMAÇÃO/INVESTIGAÇÃO/FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO

N.º de ordem	Acções / Actividades	Indicadores	META 2009	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável (e)s	Ref.* Planos de Acção	
					Droga	Álcool
54.02	Realizar estudos sobre diferentes vertentes dos indicadores-chave das instituições internacionais (OEDT, OMS, etc.) com vista a melhorar a qualidade dos dados fornecidos e as intervenções nas respectivas áreas: 1. Realizar estudo sobre “Consumo de substâncias psicoactivas entre os trabalhadores do sexo”	Realização da Recolha de Dados	1	DMFRI/NEI <sup>27</sup>	X	X
					X	X

**55. Objectivo operacional** Contribuir para a implementação de **programas de formação e de certificação de competências** para a intervenção em matéria de drogas e toxicodependências.

55.01	Emissão de pareceres técnico-pedagógicos sobre intervenções e projectos formativos	N.º de pareceres emitidos pelo NF / N.º de solicitações dos Serviços do IDT,I.P.	90%	DMFRI/NF	X	
-------	--	--	-----	----------	---	--

**56. Objectivo operacional** Potenciar e reforçar as competências dos profissionais e intervenores que directa ou indirectamente actuem no domínio da droga, do álcool e toxicodependências.

56.01	Promoção e consolidação da <b>actividade formativa</b> realizada nas diferentes áreas de intervenção e nos contextos identificados como prioritários	Relatório final com os seguintes indicadores físicos de execução: N.º total de acções realizadas N.º de acções realizadas/área de intervenção N.º de acções realizadas/contexto N.º total de formandos N.º de formandos/área de intervenção N.º de formandos/contexto N.º total de horas de formação N.º de horas de formação/área de intervenção N.º de horas de formação/contexto	1	DMFRI/NF e DPAG (consolidação nacional); DR (consolidação regional); e todos os Serviços IDT,I.P. proponentes e executores de actividade formativa	X	X
			5 <sup>28</sup>			
		N.º de eventos científicos apoiados	NQ	DMFRI/NEI	X	
		N.º Relatórios de avaliação/N.º de actividades formativas realizadas pelo NF	100%	DMFRI/NF	X	X
		N.º Relatórios síntese de execução elaborados/N.º de actividades formativas propostas	100%	SC; DR e UIL proponentes e executores	X	X

<sup>27</sup> Com eventuais parcerias com ONG

<sup>28</sup> 1 Relatório por DR.



56.02	Reforço e incremento da <b>articulação interna e das parcerias</b> na área da formação	Δ N.º de propostas conjuntas 2008-2009	+ 10%	DMFRI/NF e Serviços IDT,I.P. proponentes	X	X
		Δ N.º de parcerias reforçadas e de novas parcerias 2008-2009	+ 10%	DMFRI/NF; DR e outros Serviços	X	X
56.03	Apresentação de <b>candidaturas a projectos formativos a fundos comunitários</b> (FSE), garantindo a sua monitorização e avaliação em caso de aprovação, no respeitante à componente Técnico-pedagógica	N.º candidaturas apresentadas / N.º projectos propostos	100%	DMFRI/NF, DPAG; DR e		
		Relatório de execução Técnico-pedagógica / N.º projectos aprovados	100%	Serviços IDT,I.P. proponentes		
56.04	Promoção do <b>encaminhamento e acolhimento de estágios</b>	N.º de encaminhamentos/N.º de solicitações ao NF	80%	DMFRI/NF	X	X
		N.º de estagiários acolhidos/N.º de estagiários propostos	80%	DMFRI/NF, DR, UIL e outros Serviços IDT,I.P.	X	X
56.05	Apoio e/ou <b>organização de eventos</b>	Realização de um Congresso Nacional IDT,I.P.	1	DMFRI/NF; DPAG		
		N.º de eventos apoiados/N.º de solicitações	80%	DMFRI/NF e Serviços IDT,I.P. proponentes		
		N.º de eventos organizados / N.º de solicitações	100%	DMFRI/NF e Serviços IDT,I.P. proponentes		
		N.º total de participantes	400	DMFRI/NF; DPAG		

**57. Objectivo operacional** Promover e potenciar a **qualidade** da intervenção formativa do IDT,I.P. e avaliação da actividade do DMFRI/NF.

57.01	Preparação e apresentação do processo de <b>renovação da acreditação para a unidade formativa do IDT,I.P.</b> junto da ACSS, I.P.	Apresentação do processo	1	DMFRI/NF; DR <sup>29</sup>		
57.02	Análise de processos e procedimentos referentes às <b>metodologias de recolha e tratamento de dados</b> nesta área	N.º de propostas de melhoria divulgadas/N.º de propostas de melhoria apresentadas	100%	DMFRI/NF; DR		
57.03	Melhoria do <b>sistema de monitorização e avaliação da intervenção formativa</b>	N.º de propostas de melhoria implementadas/N.º de propostas de melhoria divulgadas	60%	DMFRI/NF; DR	X	X
57.04	Análise da <b>taxa de execução e de produtividade do NF</b>	N.º de actividades cumpridas <sup>30</sup> /N.º de acções/actividades definidas em PA	75%	DMFRI/NF		
		N.º total de propostas apresentadas <sup>31</sup> /N.º de RH do NF	80%	DMFRI/NF		

<sup>29</sup> Em matéria de preparação de processos regionais a remeter ao DMFRI/NF.

<sup>30</sup> Inclui acções/actividades previstas em PA e não previstas em PA que sejam cumpridas, total ou parcialmente.

<sup>31</sup> Inclui produção de propostas relativas a acções/actividades previstas em PA e não previstas em PA que sejam cumpridas totalmente.

INFORMAÇÃO/INVESTIGAÇÃO/FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO

**58. Objectivo operacional**      **Incremento da divulgação de conteúdos de âmbito formativo para públicos internos e externos, através da aplicação de novas tecnologias, sempre que possível.**

N.º de ordem	Acções / Actividades	Indicadores	META 2009	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável (eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
58.01	Reforço da dinamização da área da formação no <b>sítio institucional do IDT,I.P.</b> , em PDA e na intranet	Δ N.º total de conteúdos divulgados (2008-2009)	+ 25%	DMFRI/NF; DR	X	X
58.02	Reforço da concepção, produção e divulgação de <b>materiais técnico-pedagógicos e técnico-científicos</b> produzidos para e em contexto formativo	Δ N.º total de materiais criados (2008-2009)	+ 25%	DMFRI/NF e Serviços IDT,IP proponentes	X	X
		Relatório com os seguintes indicadores de execução: N.º total de materiais criados N.º total de materiais produzidos N.º total de materiais divulgados N.º total de materiais criados com aplicação de novas tecnologias / N.º total de materiais criados	1	DMFRI/NF	X	X

## Reordenamento Jurídico

---

No prosseguimento da revisão, clarificação, actualização e unificação do ordenamento jurídico, na perspectiva de melhorar a eficácia da coordenação e execução das políticas e estratégias definidas, impõe-se, no sentido do estrito cumprimento do Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências (PNCDT) - 2012 e do Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Alcool - 2012 (PNRPLA), proceder à adequação da legislação em matérias conexas com o seu objecto.

- Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro;
- Decreto - Lei n.º 183/2001, de 21 de Junho;
- Decreto - Lei n.º 16/99, de 25 de Janeiro;
- Decreto - Lei n.º 72/99, de 15 de Março;
- Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro.

**I - Resultado a atingir****Clarificação do quadro e relacionamento institucional.**

**59. Objectivo operacional** **Promover, impulsionar e harmonizar a legislação** de forma a garantir a unidade intrínseca do planeamento, da concepção, da gestão, da fiscalização e da avaliação das áreas transversais e de missão do PNLCDT.

N.º de ordem	Acções / Actividades	Indicadores	META 2009	Unidade(s) Orgânica(s) Responsável (eis)	Ref.ª Planos de Acção	
					Droga	Álcool
59.01	Atribuição de competências ao IDT,I.P. que permita um <b>efectivo acompanhamento da operacionalização da Lei n.º 30/2000</b>	Parecer/Proposta de alteração à Lei	1	GAD	X	
59.02	Apresentar uma Proposta ao CD do IDT,I.P. para <b>alteração do Decreto-lei n.º 183/2001</b>	Proposta apresentada	1	DIC/NRD; AJC	X	
59.03	Apresentar uma Proposta ao CD do IDT,I.P. para <b>alteração do Decreto-Lei n.º 16/99 de 25 de Janeiro</b>	Proposta apresentada à tutela	1	DTR/NLF; AJC	X	
59.04	Apresentar uma Proposta ao CD do IDT,I.P. para <b>alteração do Decreto-Lei n.º 72/99, de 15 de Março</b>	Proposta apresentada à tutela	1	DTR/NLF; AJC	X	
59.05	Apresentar uma Proposta ao CD do IDT,I.P. para <b>alteração do Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro</b> (Lista de substâncias)	Proposta apresentada à tutela	1	AJC	X	
59.06	<b>Acompanhamento da legislação</b> da redução da <b>taxa de alcoolemia</b> permitida para os recém-encartados (período de carta provisória) <sup>32</sup>	Emissão de pareceres sempre que solicitados	100%	CD/AJC; DTR		X
59.07	Proposta de <b>alteração da idade legal para a compra e o consumo de bebidas alcoólicas</b> em locais públicos, de 16 para 18 anos	1º <i>draft</i> de proposta	1	CD/AJC; DTR		X

<sup>32</sup> Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

## 6. Anexos

### ANEXO 1

#### SIGLAS

ACD	- Assessoria do Conselho Directivo
ACS	- Alto Comissariado da Saúde
ACSS,I.P.	- Administração Central do Sistema de Saúde, Instituto Público
ADR	- Aconselhamento, Diagnóstico e Referenciação
AJC	- Assessoria Jurídica e de Contencioso
ANSR	- Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
BD	- Base de Dados
BLE	- Baixo Limiar de Exigência
CD	- Conselho Directivo
CD	- Centro de Dia
CDT	- Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência
CGD	- Centro de Gestão Directa do IEFP
CGTP	- Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
CICAD	- Comissão Interamericana Para o Controle do Abuso de Drogas
CN	- Coordenador Nacional
CNCDT	- Conselho Nacional do Combate à Droga e à Toxicodependência
CNVIH/SIDA	- Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA
CPLP	- Comunidades dos Países de Língua Portuguesa
CPNAL	- Comité de Política Nacional e Acção sobre o Álcool
CRI	- Centro de Respostas Integradas
CT	- Comunidade Terapêutica
CTCICDT	- Comissão Técnica do Conselho Interministerial do Combate à Droga e à Toxicodependência
CVP	- Cruz Vermelha Portuguesa
DGES	- Direcção-Geral do Ensino Superior
DGIDC	- Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular
DGS	- Direcção Geral de Saúde
DGSP	- Direcção-Geral dos Serviços Prisionais
DIC	- Departamento de Intervenção na Comunidade
DMFRI	- Departamento de Monitorização, Formação e Relações Internacionais
DPAG	- Departamento de Planeamento e Administração Geral
DR	- Delegação Regional
DRC	- Delegação Regional do Centro
DRLVT	- Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo
DRN	- Delegação Regional do Norte
DTR	- Departamento de Tratamento e Reinserção
ECATD	- Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco e Drogas
ELISAD	- Associação Europeia de Bibliotecas e Serviços de Informação sobre Álcool e outras Drogas
EME	- Estudos em Meio Escolar
EP	- Equipas de Prevenção
ER	- Equipas de Reinserção
ESPAD	- European School Survey Project on Alcohol and other Drugs
ET	- Equipa de Tratamento
EURIDICE	- European Research and Intervention on Dependency and Diversity in Companies and Employment)
FAQ	- Frequently Asked Questions

FCT	- Fundação de Ciência e Tecnologia
FESAT	- European Foundation of Drug Helplines
FSE	- Fundo Social Europeu
GAD	- Gabinete de Apoio à Dissuasão
GIES	- Gabinete de Intervenção e Educação para a Saúde
IDT, I.P.	- Instituto da Droga e da Toxicodependência, Instituto Público
IEFP	- Instituto de Emprego e Formação Profissional
INFARMED	- Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento
INME	- Inquérito Nacional em Meio Escolar
INML	- Instituto Nacional de Medicina Legal
IPJ	- Instituto Português da Juventude
IPSS	- Instituição Privada de Solidariedade Social
ISS, I.P.	- Instituto de Segurança Social, Instituto Público
KLOTHO	- Projecto de Identificação Precoce da Infecção VIH e Prevenção direccionado a Utilizadores de Drogas
MAI	- Ministério da Administração Interna
ME	- Ministério da Educação
MJ	- Ministério da Justiça
MS	- Ministério da Saúde
MTSS	- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
NAG	- Núcleo de Apoio Geral
NAI	- Núcleo de Atendimento e Informação
NAT	- Núcleo de Apoio Técnico
NE	- Núcleo de Estatística
NEI	- Núcleo de Estudos e Investigação
NF	- Núcleo de Formação
NGEF	- Núcleo de Gestão Económica e Financeira
NGP	- Núcleo de Gestão e Planeamento
NGRH	- Núcleo de Gestão de Recursos Humanos
NI	- Núcleo de Informática
NLF	- Núcleo de Licenciamento e Fiscalização
NP	- Núcleo de Prevenção
NPD	- Núcleo de Publicações e Documentação
NQ	- Não Quantificável
NR	- Núcleo de Reinserção
NRD	- Núcleo de Redução de Danos
NRI	- Núcleo de Relações Internacionais
NT	- Núcleo de Tratamento
OE	- Orçamento de Estado
OE	- Objectivo Estratégico
OEDT	- Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência
OICE	- Órgão Internacional para o Controlo de Estupefacientes
OMS	- Organização Mundial de Saúde
ONG	- Organização Não Governamental
PA	- Plano de Actividades
PAC	- Plano Anual de Compras
PACDT	- Plano de Acção Contra a Droga e as Toxicodependências
PALOP	- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PERK	- Program Evaluation Ressource Kit
PETS	- Programa Experimental de Troca de Seringas
PIDDAC	- Plano de Investimento de Despesas e de Desenvolvimento da Administração Pública
PIF	- Programa de Intervenção Focalizada
PII	- Plano Individual de Inserção
PLA	- Problemas Ligados ao Álcool
PJ	- Polícia Judiciária
PNCDT	- Plano de Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências
PNRPLA	- Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool
POAP	- Programa Operacional da Administração Pública
POPH	- Programa Operacional do Potencial Humano
PORI	- Plano Operacional de Respostas Integradas
POS	- Programa Operacional de Saúde
PRACE	- Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
PRES	- Presidente
PRI	- Programa de Respostas Integradas
PSO	- Programa de Substituição Opiácea
PVE	- Programa Vida-Emprego
QUAR	- Quadro de Avaliação e Responsabilização
RAR	- Rapid Assessment Response (diagnóstico rápido)
REITOX	- Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependências
RIAD	- Rede de Investigadores sobre Álcool e Drogas
RRMD	- Redução de Riscos e Minimização de Danos
SC	- Serviços Centrais
SCML	- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
SIADAP	- Sistema de Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SIC	- Sistema de Informação Contabilística
SIDA	- Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SIDC	- Sistema de Informação Descentralizada de Contabilidade
SIM	- Sistema de Informação Multidisciplinar
SIU	- Sistema de Informação do Utente
SNIA	- Sistema Nacional de Informação sobre o Álcool
SNIDT	- Sistema Nacional de Informação sobre Drogas e Toxicodependências, Observatório de Drogas e Toxicodependências
SNS	- Serviço Nacional de Saúde
SPA	- Substâncias psicoactivas
UA	- Unidade de Alcoologia
UD	- Unidade de Desabilitação
UDI	- Utilizadores de Drogas Injectável
UE	- União Europeia
UIL	- Unidade de Intervenção Local
URLD	- Unidades Residenciais de Longa Duração
VIH	- Vírus da Imunodeficiência Humana

O presente **Plano de Actividades para 2009** foi elaborado, sob a responsabilidade do Conselho Directivo do IDT,I.P., no Departamento de Planeamento e Administração e Geral/Núcleo de Gestão e Planeamento, com a participação activa dos profissionais dos serviços centrais e regionais.

**Coordenação:**

Lurdes Oliveira (DPAG/NGP)

**Apoio Técnico/Administrativo:**

Rita Cordeiro (DPAG/NGP)

Liliana Ferreira (DPAG/NGP)

Carlos Gomes (DPAG/NGP)

**Serviços Centrais:**

Maria Ribeiro (DPAG)

Lurdes Oliveira (NGP)

Ana Sequeira (NGEF)

Paula Nogueira (NGRH)

Sandra Paiva (NI)

Paula Marques (DIC)

Mário Martins (NP)

Patrícia Pissarra (NAI)

Paula Vale de Andrade (NDR)

José Pádua (DTR)

Rui Pedro (NT)

Alcina Ló (NR)

António Sousa (NLF)

Mário Castro (DMFRI)

Sofia Santos (NRI)

Sofia Josué (NF)

Carla Ribeiro (NE)

Paula Graça (NPD)

Fernanda Feijão (NEI)

Paula Vitória (GAD)

**Delegações Regionais:**

Adelino Ferreira (DRNorte)

Carlos Ramalheira (DRCentro)

António Maia (DRLVTejo)

Marciano Lopes (DRAlentejo)

António Camacho (DRAlgarve)

**Interlocutores Regionais:**

Ana Tavares (DRNorte)

Rocha Almeida (DRCentro)

Joaquim Fonseca (DRLVTejo)

Pedro Catita (DRAlentejo)

António Pina (DRAlgarve)

Este documento será divulgado a todos os profissionais do IDT,I.P., através de exemplares em papel, enviados aos responsáveis dos Serviços Centrais, Delegações Regionais e Centros de Respostas Integradas, UD, CT e UA.

Encontrar-se-á também disponível na página electrónica e na *intranet* do IDT,I.P. e no Núcleo de Publicações e Documentação dos Serviços Centrais.